

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA DE PESCA NO ESTADO DE
MATO GROSSO, LEI Nº 9.096/2009, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.

ATA Nº 07

PRESIDENTE – DEPUTADO FAISSAL

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) – Bom dia a todos!

Vamos dar início a nossa Audiência Pública com relação à pesca.

Invocando a proteção de Deus, em nome do povo mato-grossense, declaro aberta esta Audiência Pública com objetivo de discutir a Política de Pesca no Estado de Mato Grosso, Lei nº 9.096/2009.

Convido para fazer parte da mesa o Sr. Nelson Flausino Júnior, Perito Ambiental do Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Gabriela Rocha Priante, Secretária Executiva do Conselho Estadual da Pesca-CEPESCA; Maira Moraes de Lima, Secretária Geral da Comissão do Meio Ambiente, nesse ato representando a OAB; Raimundo Nonato, Prefeito do Município de Barra do Bugres; o Vereador João Martins Souza Filho, Presidente da Câmara Municipal de São José do Rio Claro; Elza Pereira, Vereadora da Câmara Municipal de Cáceres e Presidente da Colônia de Pescadores.

Cadê a dona Elza? Vamos lá!

Convido o Tenente Mendes Júnior, neste ato representando o Tenente-Coronel Rodrigo Eduardo Costa, Comandante do Batalhão Ambiental; Tenente Osimar de Souza Silva Júnior, nesse ato representando a Marinha do Brasil; o Sr. Belmiro Lopes de Miranda, Presidente da Federação de Pescadores Profissionais de Mato Grosso; Tarso Lopes, Presidente da Federação de Pesca Esportiva e Amadora e, Pousada e Turismo Sustentável de Mato Grosso; Sr. Darci Carlos Fornari, Diretor Técnico da AQUAMAT.

Composta a mesa de honra, convido todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Nacional Brasileiro.

(O HINO NACIONAL BRASILEIRO É EXECUTADO).

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) – Registramos a honrosa presença das autoridades que, gentilmente, comparecem a esta Audiência Pública: Dr. Paulo Ricardo, representando a Senadora Selma de Arruda; o Dr. Sérgio Barbieri, Assessor Parlamentar do Deputado Valmir Moretto; o Dr. Júlio Tardin, Assessor Técnico Jurídico do Deputado Dr. Eugênio; a Dr^a Hellen Mória, Engenheira do Ministério da Agricultura; o José Vieira Beto, Secretário Municipal de Agricultura de Barra do Bugres; a Márcia Aparecida Alexandre, a nossa Vereadora de São José do Rio Claro; a Adriel Pereira, Vereadora de São José do Rio Claro; o Valdemar Messias dos Santos, Vereador de São José do Rio Claro; a Maria Domingas de Arruda Silva, Presidente da Colônia Z 10, de Barra do Bugres; o Domingos Antônio de Oliveira, Presidente da Colônia Z 5, de Barão de Melgaço; o Moacir Bento Ribeiro, Presidente da Z 11, de Poconé; o Antônio José da Silva, Presidente da Colônia de Pescadores Z 1, de Cuiabá; o Francisco Teodoro da Silva, Presidente da

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA DE PESCA NO ESTADO DE
MATO GROSSO, LEI Nº 9.096/2009, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.

Colônia de Pescadores Z 3, Rondonópolis; o André Maurício Simão, Presidente da Associação dos Lojistas de Caça e Pesca; Sr. Hélio Augusto Gomes, Educação Ambiental Fiscal do lixo, nosso fiscal do lixo e também agradecemos a presença de todos os pescadores amadores.

(PLATEIA SE MANIFESTA – “PESCADORES PROFISSIONAIS”)

Vamos lá.

Agradeço a presença de todos os pescadores amadores, esportistas e profissionais também, que estavam representados por todos os outros demais que eu falei. (PALMAS)

Pessoal, bom dia a todos mais uma vez.

Registro o prazer em me dirigir a essa plateia.

Imediatamente me vem à memória a primeira aparição de Cristo ressuscitado a uma comunidade. Foi no mar da Galileia, onde se dirigiu aos discípulos pescadores; a inspiração do Senhor motivou a mim para poder contribuir com a tão antiga atividade.

Os objetivos propostos nesta Audiência Pública são: sobrevivência da pesca e dos pescadores, preservar as bacias em nosso Estado e a recuperação da atividade turística na região.

Nossa atuação como representante do povo só se legitima quando pautada na opinião de cada um, portanto, estamos reunidos dando voz às partes interessadas.

Gostaria de deixar bem claro a todos vocês que eu não tenho posicionamento com relação à cota zero ou não, sou uma pessoa imparcial, estou fomentando essa discussão, porque a cada ano que passa, cada um, ou alguém vai ao Governador, ou pega um Parlamentar, que já propõe um projeto de lei, e vocês, tanto amadores, como profissionais e esportistas não ficam sabendo de nada.

Então, antes que aconteça qualquer coisa, estou realizando essa audiência para ouvir a cada um de vocês, deixando bem claro, mais uma vez, que sou uma pessoa imparcial e que não tenho posicionamento com relação...

É claro que como meta final, vocês hão de concordar comigo, temos em mente a preservação do meio ambiente. Enquanto Vereador de Cuiabá, atuei muito nessa área, fui o autor da lei nº 5870, que multa o cidadão que atira lixo no chão. As pessoas que atiram lixo no chão tampam bueiro e o lixo cai onde? Cai no rio e mata os nossos peixes, então, quero deixar muito bem claro. Sou uma pessoa ativa nessa área da preservação ambiental, tanto é que estou no Partido Verde.

Beleza? Muito obrigado, então. (PALMAS)

Concederemos a palavra para a primeira inscrita, a Sr^a Gabriela Rocha Priante, Secretária Executiva do Conselho, neste ato representando a SEMA.

Cada pessoa que fizer uso da palavra terá 10 minutos.

A SR^a GABRIELA ROCHA PRIANTE TELES DE ÁVILA – Bom dia a todos os presentes! Em nome do Deputado Faissal, eu cumprimento todas as autoridades, todos os homens, mulheres, instituições, associações e sociedade em geral.

Estou representando a Secretaria de Meio Ambiente, eu sou servidora da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, estou representando, a pedido da Secretária Mauren, e também estou representando o Conselho Estadual de Pesca-CEPESCA, que é um órgão deliberativo que compõe a estrutura organizacional da SEMA, e o CEPESCA é composto por 18 instituições. A função do CEPESCA é auxiliar o Poder Executivo na definição de políticas públicas em relação à pesca.

Para nós, é uma oportunidade muito importante e interessante, considerando que a pesca é um assunto diverso, envolve interesses de várias formas, interesses culturais, sociais, econômicos e ambientais, tanto é que nós temos diversos tipos de pescadores.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA DE PESCA NO ESTADO DE
MATO GROSSO, LEI Nº 9.096/2009, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.

Como foi bem ilustrado na fala do Deputado, temos os pescadores profissionais, que são aqueles que dependem da atividade da pesca para o seu sustento, como uma atividade profissional reconhecida; temos os pescadores amadores, nessa categoria de amadores temos diversos tipos de pescadores, aqueles que praticam a pesca na modalidade pesque e solte, que é a pesca esportiva; temos aqueles pescadores que gostam de pescar por lazer com a sua família; temos os esportistas que gostam de pescar e soltar o peixe, que é conhecida como atividade da cota zero; e temos aqueles pescadores de subsistência, que são aquelas pessoas que utilizam a pesca, o produto peixe para o seu sustento, para o sustento da sua família. Ele não usa o peixe para lazer, ele não usa o peixe para comércio. Então, como envolve muitas pessoas, muitos interesses, falar de pesca é um assunto muito complexo.

É importante nós tratarmos esse tema aqui, nesta Casa, porque o Poder Executivo propõe temas para se tornarem lei e quem vai implementá-las é aqui, é o Poder Legislativo.

Aqui nós temos, além do Deputado Faissal, que está presidindo esta Audiência Pública, que foi o autor da Audiência Pública, nós temos vários assessores parlamentares de outros Deputados que também se interessam por essa discussão da pesca.

Então, é muito importante aproveitarmos essa oportunidade para que todos os diversos segmentos apontem as reais necessidades que devem ser consideradas em relação à pesca.

Eu chamo a atenção também, que hoje é um dia especial. Hoje é o dia 22 de março. O dia 22 de março é o Dia Mundial da Água.

Tentei representar a água vindo de azul. E é muito importante comemarmos esse dia falando do peixe, que é um recurso, um organismo vivo que depende da água para a sua sobrevivência.

Não adianta discutirmos cota de captura, não adianta discutirmos tamanho mínimo de captura, se não tivermos um ambiente em condições de água em qualidade e quantidade suficiente para o sustento do peixe. Então, eu acho importante essa Audiência Pública na data de hoje, alusiva ao Dia Mundial da Água.

O Conselho Estadual de Pesca compõe 18 instituições. Dentre essas 18 instituições... Quando eu falo que compõe 18 instituições, significa que tudo que é discutido e encaminhado pelo CEPESCA representa os anseios dessas 18 instituições.

E quais são essas instituições? Temos representantes do Poder Público, aí entraria o órgão ambiental, as universidades, tanto a Universidade Federal e a Universidade Estadual de Mato Grosso, nós temos o Ministério Público Estadual; nós temos o IBAMA, representando o órgão federal; nós temos a divisão de aquicultura e pesca, que é onde a pesca, hoje, em nível de União, está sendo tratada no MAPA - Ministério de Agricultura, Pesca e Abastecimento; nós temos representantes da organização da sociedade civil; nós temos representantes de cada uma das 03 bacias hidrográficas do nosso Estado, representantes estes tanto do segmento dos pescadores profissionais como também do segmento de turismo e de pesca.

E nós entendemos que o Conselho compõe dessa forma todos os atores que estão envolvidos nesta temática.

Dizer que tudo que é discutido no Conselho é unanimidade, é consenso... não é verdade, porque nem tudo é consenso.

Tanto é que nós vamos, ao longo desta manhã, provavelmente, identificar alguns pontos aqui que não seja consenso, mas é importante discuti-los e ver aquilo que é interessante e importante para a coletividade, para a maioria.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA DE PESCA NO ESTADO DE
MATO GROSSO, LEI Nº 9.096/2009, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.

E o que nós consideramos importante é que todas as ações e todas as medidas que forem tomadas devem considerar a preocupação com a manutenção dos peixes, do estoque pesqueiro para as gerações atuais e futuras, porque nós temos percebido que, ao longo dos anos, o peixe está diminuindo.

Não existe um único fator relacionado à diminuição do estoque pesqueiro, é um conjunto de ações, e é por isso que nós precisamos nos organizar, precisamos nos fortalecer, identificar essas ações e propor medidas.

Eu acho importante nós estarmos com a consciência de que não é necessário e importante brigarmos, porque qualquer briga não leva a lugar nenhum.

Nós podemos ter pontos de vista diferentes, mas nós precisamos ter embasamento para que justifique aquele entendimento que nós estamos tendo, e eu acho que esse momento, essa oportunidade, é importante para isso.

O Conselho de Pesca é um conselho que está... Ele foi implementado a partir da Lei da Pesca, no ano de 2009. Antes de 2009, o Conselho não existia, ele passou a existir somente no ano de 2009, então, é muito recente.

No entanto, o fato de ter existido em lei não significa que ele já passou a ser constituído. O Conselho de Pesca passou a se constituir com representantes apenas em junho de 2014. Então, hoje nós estamos em 2019, são quantos anos? De 2014 para 2019? Cinco anos.

Então, nós somos crianças. E como crianças, nós estamos aprendendo, eu considero que somos crianças bem avançadas e bem obedientes, por quê? Porque nós conseguimos fazer um trabalho que foi árduo, complexo. Nós conseguimos, com uns dos produtos do Conselho de Pesca, nós discutimos, no âmbito do Conselho, uma minuta de Lei de Pesca para ser apresentada à SEMA para a SEMA dar os devidos encaminhamentos. Essa minuta foi discutida durante dois anos no Conselho de Pesca.

Muitos conselheiros encontram-se numa situação angustiada, porque foram dois anos de discussão e até hoje não vimos o encaminhamento... Acabou o meu tempo?

SR. PRESIDENTE (FAISSAL) - Quase. Mais um minuto.

A SR^a. GABRIELA ROCHA PRIANTE - Nos angustia o fato de não vermos a nossa minuta já protocolada na Assembleia Legislativa para provocar a discussão e os encaminhamentos de propositura de lei, mas, pelo menos, vemos que ações estão sendo realizadas pelo próprio Legislativo em relação ao encaminhamento dessa discussão, e isso é importante.

Agora, eu chamo a atenção também, o fato de o Executivo não ter encaminhado até hoje... Não é omissão, não é porque o Executivo não quer, é porque o assunto é muito complexo e tem trâmites muito complexos para serem seguidos até a entrada desse projeto na Casa.

Então, independentemente de qualquer encaminhamento que vamos ter, eu gostaria, em nome do Conselho de Pesca, de clamar, de pedir ao Deputado Faissal, aos assessores dos demais Deputados que estão aqui presentes, da Deputada Janaina Riva, do Deputado Xuxu Dal Molin, me desculpe se há outra assessoria aqui interessada nessa pauta que eu não tenha conhecimento, mas que vocês levem para os Deputados os anseios do Conselho de Pesca. O Conselho de Pesca quer ser ouvido, ele quer ser considerado em todas as discussões que nós já fizemos no âmbito do Conselho.

Eu aproveito para ler aqui a faixa colocada pelo pessoal dos pescadores profissionais, que está dizendo: “Devemos apoiar experiências bem-sucedidas e inovadoras. Escutem o CEPESCA.”

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA DE PESCA NO ESTADO DE
MATO GROSSO, LEI Nº 9.096/2009, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.

Eu acho que isso mostra o envolvimento da sociedade e a preocupação.

Dizer que o que o Conselho de Pesca propôs é a solução? É a resolução dos problemas? Eu não sei, mas o que... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) - Concedo mais um minuto para a conclusão, Doutora.

A SR^a GABRIELA ROCHA PRIANTE - É que o Conselho de Pesca fez o seu dever de casa, ele discutiu as ações.

E para encerrar, eu finalizo, pedindo licença às demais religiões presentes, mas me chamou a atenção que a Campanha da Fraternidade tem como tema as políticas públicas para a geração atual e futuras.

Então, vemos até na Igreja a preocupação com a discussão da política pública para gerações atuais e futuras. Devemos aproveitar essas oportunidades, nos fortalecer, nos unir. Eu me coloco à disposição no Conselho de Pesca, que fica sediado lá na Secretaria de Meio Ambiente, para eventuais conversas futuras, contatos.

Estamos à disposição de todos vocês e agradecemos a oportunidade. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) - Muito obrigado à Dr^a Gabriela.

Gostaria de registrar a presença da Glorinha Garcia, ex-Prefeita do Município de Santo Antônio de Leverger.

Agradeço também a presença do nosso amigo e companheiro Aluízio Leite, que faz parte da Executiva do Partido Verde.

Esclareço a todos que, no outro auditório, nós temos um telão passando ao vivo as discussões aqui dentro. Aqueles que estão de pé e gostariam de melhores acomodações, podem se dirigir ao outro auditório.

Esclareço ainda que temos mais três palestrantes, cada um com um prazo de dez minutos e depois, vocês, da plateia, que quiserem fazer inscrição para falar, terão três minutos cada um.

Então, se organizem, cada colônia de pescadores escolha uma pessoa para falar aqui. Ok?

Próximo palestrante é o Darci Carlos Fornari, Diretor Técnico da AQUAMAT.

O SR. DARCI CARLOS FORNARI - Bom dia a todos!

Cumprimento a banca, por meio do Deputado Faissal; e também a sociedade, a plenária como um todo.

Primeiramente, estou aqui representando a AQUAMAT-Associação dos Piscicultores, me sinto bastante à vontade para falar sobre o assunto de peixe, porque eu tenho trabalhado em pesquisas com o peixe nativo, especificamente, há mais de 15 anos. Especificamente, na área de reprodução e melhoramento genético dos peixes nativos, mas também porque participei durante um bom tempo de intensas discussões sobre a piscicultura dentro do CEPESCA, e aí começamos a entender o complexo que é todo esse tema, a pesca e também a piscicultura em seu paralelo.

Nós entendemos que a questão social e política, entendemos e enxergamos que a Baixada Cuiabana, principalmente, que é pobre em riquezas do agronegócio, ela tem uma bolha grande de pobreza. Entendemos que a pesca, por muito tempo, foi o alicerce para demandar essa população, tanto por alimento, ou até mesmo para a geração de recursos, dinheiro, por meio da venda do peixe. Mas com o tempo, houve um declínio do peixe e a população cresceu muito.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA DE PESCA NO ESTADO DE
MATO GROSSO, LEI Nº 9.096/2009, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.

Hoje temos um consumo, só na Baixada Cuiabana, considerando 1 milhão de habitantes, de quase 20 mil toneladas de peixe. Então, a piscicultura, a partir desse momento, mais ou menos, há 15 anos, vem surgindo e crescendo para atender essa demanda. Hoje, a piscicultura atende, em média estimada, 90% da demanda da Baixada Cuiabana. E nós colocamos a piscicultura também como uma estratégia para o pescador, porque hoje conheço vários pescadores que estão trabalhando diretamente na piscicultura, na Baixada Cuiabana, como próprio proprietário da atividade; ou indiretamente, como funcionário; ou até mesmo como operador no corte, escamação e limpeza do peixe no Porto, por exemplo.

Conheço vários que trabalham lá, eles têm essa habilidade e, muitas vezes, durante um período bom do ano, um período difícil de pesca, por exemplo, eles fazem esse trabalho lá e têm sustentado a sua família. É uma questão de interação entre a atividade da piscicultura com a pesca.

Outra contribuição forte, outra ligação forte que existe na piscicultura, é o fato da piscicultura estar diretamente ligada a disponibilidade dos peixes nos rios, precisamos desse material genético para fazer a perpetuação da nossa atividade que é a piscicultura. Então, nós precisamos dos peixes.

Mediante a isso, eu queria fazer o relato de um trabalho que fizemos no Rio Pantanal, no Pantanal e diversos, além do Pantanal outros rios como o Sepotuba.

Fizemos durante um período de dois anos, a captura de uma espécie, que é o cachara, para compor um programa de melhoramento genético e nesse período, capturamos, ao longo do tempo, da estação reprodutiva em vários pontos do Pantanal, do Sepotuba e do São Lourenço, exemplares desse peixe, o cachara, e naquele momento nós fizemos uma análise genética para ver qual é o grau de parentesco entre os animais para podermos iniciar o programa de melhoramento genético, que tem uma demanda de uma variedade genética grande, e nós enxergamos ali um estrangulamento genético e mais ainda, um estrangulamento genético de variabilidade genética e também isso correlacionado ao tamanho do peixe.

Então, o que significou a resposta da pesquisa? Significou que o tamanho determinado do peixe para ser pescado, está fazendo uma seleção genética negativa do peixe no rio, ou seja, está diminuindo ao longo do tempo o tamanho dos peixes.

Não necessariamente aquele cachara que tem 80 centímetros hoje, é mais novo do que o cachara de um metro e vinte, às vezes, ele é mais velho, mas por questão genética não cresceu. E aí estamos preservando esse peixe que coloca-se ali, como “anão” e perpetuando esse peixe menor e estão sacando de lá os peixes maiores.

Esse entendimento já existe no mundo, em vários países já predeterminaram o tamanho mínimo e máximo para que se preserve a variabilidade genética do animal. Isso nós detectamos através de uma pesquisa, isso vem acontecendo no rio. Esse é um relato científico que eu gostaria de deixar aqui e gostaria de fazer outros comentários também.

Existe um livro que foi escrito em 1947, por Rachel Carson, esse livro revela o complexo do desenvolvimento adaptativo das espécies em um meio ambiente. Ou seja, as espécies crescem se adaptando ao convívio de outras espécies, por exemplo: no rio, come que o Piau, os peixes pequenos, Curimba e outros mais, sobreviveram ao longo da evolução, adaptados a fuga do dourado, por exemplo, que é um caçador diurno, ou dos bagris que são caçadores noturnos, da piranha, das traíras, que são peixes de águas mais lóxicas, mas atacam também e consomem principalmente os peixes pequenos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA DE PESCA NO ESTADO DE
MATO GROSSO, LEI Nº 9.096/2009, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.

Então, ao longo do tempo houve uma evolução adaptativa desses peixes, entre eles, o que ocorre é que quando nós fazemos a captura seletiva de determinadas espécies acabamos promovendo um desbalanço dessas populações. Nós acabamos promovendo e favorecendo o desenvolvimento de determinadas espécies de peixes e desfavorecendo outras espécies.

Acreditamos que o dourado grande tem o seu papel importante também como o cachara e o jaú de 80 kg tem o seu papel importante na natureza. Ele acaba promovendo o balanço.

Esse também é outro relato que eu gostaria deixar descrito, porque é importante ter o entendimento do que ocorre dentro dos rios, realmente é muito complexo. Mas também, é óbvio que não é somente essa “pressão da pesca”, que promoverá o declínio das espécies nos rios. Nós também temos a questão da poluição urbana. Hoje são mais de duas mil toneladas de compostos orgânicos depositados nos rios da Baixada Cuiabana. Isso é muito importante e realmente é muito impactante porque compromete a reprodução dos peixes, por exemplo. De repente não mata eles diretamente, mas acaba comprometendo a reprodução dos peixes. E nesses dois anos que fizemos a captura do cachara, nós observamos um declínio do desenvolvimento da gônada também, da reprodução dos peixes. Então, há também um impacto pela antropização promovida pelo desenvolvimento humano.

É um complexo muito grande se discutir sobre a pesca, o meio ambiente. Mas precisamos unir forças, unir entendimento e buscar cada vez mais auxílio de dados técnicos, científicos para que possamos tomar uma decisão mais coerente, mais forte.

Eu acredito muito que a união entre as ideias, entre as entidades levará o órgão Executivo a tomar a melhor decisão possível. A minha fala é curta, é exatamente isso que eu gostaria de dizer e estou disponível e à disposição para qualquer pergunta.

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) – Muito obrigado, Dr. Darci. Aos que não conhecem, é o profissional que mais entende sobre peixes no Estado de Mato Grosso.

Muito obrigado pela participação, Dr. Darci.

Com a palavra, o próximo palestrante. Sr. Belmiro Lopes de Miranda, Presidente da Federação dos Pescadores Profissionais do Estado de Mato Grosso.

O SR. BELMIRO LOPES DE MIRANDA – Bom dia a todos!

Cumprimento a mesa, todas as autoridades presentes, em especial, os pescadores, que estão presentes, os Presidentes de Colônias, os que estão aqui.

Realmente, são palavras que falaram a Gabriela e o menino... são coisas que precisamos, urgentemente, consertar o que já fizemos de errado em nosso meio ambiente, porque nós olhamos os nossos peixes e vemos que os nossos peixes não crescem mais. Mas nós devemos dizer o seguinte: Se uma criança nasce e não tem o que comer, não tem o que beber, ela não vai crescer também, vai ficar desnutrida, é o que está acontecendo no nosso rio.

O principal para os rios são as águas, e não estamos tendo. Todos vocês são conhecedores, principalmente aqui do nosso rio Cuiabá, que até hoje, entrou a Piracema, acabou a Piracema e o rio não encheu, não tomou a água o suficiente para os peixes desovarem.

Então, o estudo científico que fazemos é muito importante. Nós temos que ver a realidade, o que está acontecendo, de fato, com o nosso rio, principalmente, que nós dizemos aqui que o peixe está diminuindo, mas com certeza ele vai acabar, estão matando tudo, mas não é o pescador que está matando esses peixes.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA DE PESCA NO ESTADO DE
MATO GROSSO, LEI Nº 9.096/2009, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.

Nós temos um impacto, acabamos de ver recentemente no Itiquira, aqui no São Lourenço, agora no Rio Paraguai, estão matando tudo, está morrendo tudo, e acabando a água, porque o Rio Paraguai ainda não encheu o suficiente.

Então, eu fico contente com a preocupação do Deputado de preservar o meio ambiente. Isso o pescador também quer, tanto o pescador profissional como o amador, porque o amador não vai pescar no seco e o profissional também não vai pescar no seco.

Temos que proibir esses esgotos que caem a céu aberto em todos os rios de Mato Grosso. Isso, sim, é um desastre. Temos que proibir as dragas que ficam nos nossos rios até durante o período de defeso quando os peixes estão desovando, seus alevinos estão rodando o rio e a draga sugando tudo.

Eu, também, faço parte do CEPESCA. Sou Conselheiro do CEPESCA, representando o CONSEMA, e sou Conselheiro Nacional da Pesca, eleito, em Brasília, na Confederação Nacional da Pesca.

Eu vejo o nosso Estado como um dos maiores do Brasil. Mato Grosso é privilegiado, porque tem 3 bacias. Eu ouvi o meu companheiro dizer do cachara, mas tem rio, principalmente lá no Araguaia, que o cachara não cresce, não passa de 75, no mínimo, 80 centímetros. No Rio Paraguai ou na Bacia Amazônica eles crescem. Os nossos peixes, hoje, estão sendo um dos melhores do Brasil. Nós temos muito peixe! Temos rio que, ainda, não foi explorado, com certeza.

Então, nesse projeto que o Deputado Faissal está apresentando, que é muito importante, os pescadores são parceiros. Os pescadores, também, querem preservar o meio ambiente, porque preservando o meio ambiente vamos preservar o nosso rio; vamos preservar os peixes; vamos preservar os bichos, os pássaros e, principalmente, os ribeirinhos, os pescadores tradicionais, aqueles pantaneiros que vivem única e exclusivamente da pesca.

Por exemplo, nós vimos aqui colocarem o tamanho mínimo e o tamanho máximo, mas não eu acho viável, pelo seguinte: primeiro, estamos matando as matrizes. Quem disse que o pacu vai desovar de 45 para cima? Em que estudo? Nós tivemos aqui... Soltaram muitos peixes, muitos pacus no rio de laboratório. Será que é conveniente esse peixe estar no rio no meio dos peixes nativos? Com certeza, os pacus não estão crescendo, porque já cruzaram com esses peixes que não são nativos, que não vão crescer soltos no rio.

Então, precisamos olhar, sim, para o nosso meio ambiente. Não só a sociedade, não só os pescadores, mas, também, o meio ambiente precisam de um grito de alerta. Precisamos respeitar o meio ambiente, mas o meio ambiente não é só o peixe. O meio ambiente é o geral.

Nós, enquanto representantes, ficamos preocupados com o que vem acontecendo no nosso rio, no meio ambiente, como é assim chamado. Mas eu pergunto: o que é respeitando no meio ambiente? O que está sendo respeitado? Restringem os pescadores profissionais, os pescadores amadores, mas matam toneladas e toneladas de peixes e fica por isso mesmo, enquanto isso quem paga o pato é o profissional, é o amador, são aqueles que, também, vão ter seu lazer pescando um peixe para comer.

Eu sou, também, terminantemente contra a cota zero para os amadores. Por quê? Ninguém vai sair do seu lugar para vir pescar só para pescar e soltar. Ele tem que levar, pelo menos, um prêmio para ele, para sua casa. Agora, sou contra o que está acontecendo: que o pescador amador está pescando mais que o pescador profissional. O pescador amador tem uma carteira e está pescando segunda, terça, quarta, quinta, sexta, sábado e domingo. Ele pega um exemplar de 5 quilos,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA DE PESCA NO ESTADO DE
MATO GROSSO, LEI Nº 9.096/2009, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.

se for de 20 quilos, 25 quilos por dia, contemos durante os 7 dias. Ele está pegando muito mais que o pescador profissional, porque tem 12 mil pescadores profissionais e alguns com protocolos esperando a carteira chegar. Então, vai ter 12 mil e alguma coisa de pescadores profissionais no Estado e tem mais 400 mil pescadores amadores pescando nos nossos rios, sem contar os que estão vindo de fora: do Japão, da Itália, da França. Estão todos aqui para matar o nosso peixe e levar.

Precisamos, sim, e eu venho dizendo aqui aos Deputados e ao Governo... Nós pedimos apoio aos Deputados, a todos os Deputados, e ao Governo. Os pescadores pedem apoio, porque os senhores são as cabeças pensantes que irão fazer as leis e ajudar aquele que está na ponta, porque o pescador profissional vive da pesca, ele sobrevive da pesca, ele sustenta sua família pescando. Então, é isso que nós queremos, ser parceiros.

Quero lhe dizer, Deputado, que o senhor está de parabéns por estar preocupado com o meio ambiente. Isso o senhor leve para todos os Deputados, para o Governo, porque nós precisamos de pessoas que fiquem preocupados com o que nós precisamos.

Em nome de todos os pescadores, de todos que estão aqui presentes, autoridades, eu quero agradecer por esta Audiência Pública que Vossa Excelência está fazendo e que, com certeza, será de grande valor para todos nós, representantes, e para a sociedade, de uma maneira geral.

Obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) – Muito obrigado, Sr. Belmiro Lopes.

Registro a presença do nosso Deputado Federal Neri Geller. Para quem não conhece faça a sugestão que acompanhem o Deputado Neri Geller pelas redes sociais, pois, é um Deputado que trabalha muito, que está em Brasília.

Eu vejo, acompanho o seu trabalho e Vossa Excelência está de parabéns nesse início de mandato, Deputado Neri Geller. é nosso companheiro, uma pessoa sempre presente. Em Santo Antônio de Leverger, nós temos o Wagner, também, que é seu assessor, que está sempre junto conosco.

Para quem não sabe, eu sou Presidente da Frente Parlamentar de Defesa do Vale do Rio Cuiabá, nesta Casa e estou verificando a primeira problemática que nós temos aqui, na nossa região, que diz respeito à poluição urbana da qual o Dr. Darci falou e, agora, o Sr. Belmiro, também, falou, que prejudica muito tanto o crescimento quanto a reprodução dos nossos peixes.

Como eu havia dito, enquanto Vereador da Capital, nós temos uma lei que multa o cidadão que joga lixo nas ruas. O que acontece? Esse lixo vai para o bueiro e o bueiro deságua *in natura* para os leitos dos nossos rios. Isso é muito prejudicial. Vamos, então, estudar uma maneira de transformar essa lei em nível estadual. Por que não? Eu já vou convocar a Assessoria Jurídica da Assembleia Legislativa para verificar essa questão.

E a todos os vereadores que estão aqui, nos seus respectivos municípios, se os senhores quiserem uma cópia dessa Lei, é só nos procurar que estamos à disposição. *O.K?* Vereadora Márcia, o pessoal de São José.

Eu gostaria de agradecer e convidar, para fazer parte do dispositivo, o Vereador Diego Guimarães, da Capital.

Cadê o Diego? Vamos lá, Diegão. Diego também é nosso parceiro aqui na Capital.

Está aqui o Sérgio Barbieri, Assessor do Deputado Valmir Moretto, de Campos de Júlio, está há um ano em Cuiabá, acostumado a caminhar de manhã cedo e nos relatou que está

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA DE PESCA NO ESTADO DE
MATO GROSSO, LEI Nº 9.096/2009, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.

abismado com a sujeira que tem nos leitos dos rios da nossa região. Ele caminha perto do Rio Cuiabá e verifica isso.

Então, é uma questão de conscientização, pessoal, a poluição urbana. Nós temos, sim, de uma forma bem severa tomar medidas o quanto antes para evitar isso aí.

Vamos passar para a próxima palestrante, a Vereadora Elza Bastos, do Município de Cáceres, e Presidente da Colônia de Pescadores.

A SR^a ELZA BASTOS – Bom dia a todos e a todas!

Assistência que nos honra com a presença, os meus cumprimentos; pescadoras e pescadores, o meu respeito.

Eu sou representante da pesca há 10 anos, e hoje, como Vereadora, não só pelo Município de Cáceres, mas defendendo a classe em todo Mato Grosso. Já fui Presidente da Federação. Somos em 23 colônias, representadas pelo Estado, sempre lutando pelos nossos direitos.

Muito obrigada, Deputado Faissal, pelo seu interesse em nos representar e estar ouvindo os nossos clamores nesta tribuna, representada hoje pelos pescadores, pescadoras profissionais, pelo turismo, pela pesca esportiva, a quem temos que nos unir, sim, para que um dia tenhamos, sim, esse Pantanal como um todo e não pela metade.

Eu venho aqui falar sobre a Lei nº 9.096/2009, que nos representa no Estado de Mato Grosso. Há dois anos faço parte do Conselho do CEPESCA e passamos dois anos, os segmentos, fazendo uma revisão dessa Lei da Pesca. Onde, talvez, estava ruim para o pescador profissional, o turismo entramos em consonância, e fizemos uma revisão nessa Lei, que se tornou uma minuta da Lei da Pesca. A Doutora Gabriela, aqui, explanou muito bem e já disse quase tudo que eu ia dizer.

Essa Lei - não sei se foi por interesse de algum político, de algum Deputado -, está parada. Ninguém nos ouviu, ninguém nos deu importância.

E hoje eu vejo dizer que tem Projeto de Lei, de Deputado, de Deputada, tramitando nesta Casa de Leis, a passar pelas Comissões e ser votado, sem o nosso conhecimento.

Graças a Deus, hoje, temos o Deputado Faissal, que teve conhecimento e nos chamou para estar discutindo.

Não sou contra o progresso do nosso País, do nosso Mato Grosso, do plantio de soja, das hidrovias, das hidrelétricas, não. Somos, sim, a favor, mas desde que não venha prejudicar o nosso meio ambiente, como vem prejudicando.

Olha a mortandade de peixe, hoje, no nosso Rio Paraguai. Quem sabe nos explicar o que foi essa mortandade de peixes na semana passada? Ninguém! Só deu em televisão, em redes sociais, mas ninguém veio nos passar o que foi que causou essa mortandade de peixes. Foram os pescadores profissionais? Foram os ribeirinhos que causaram essa mortandade de peixes?

Aí vem um Projeto de Lei colocando medida máxima, medida mínima nos peixes. Vamos pegar uma fitinha, colocar a linha lá embaixo e medir o peixe lá embaixo. Esse aqui está na medida máxima. Não, vou deixar. Não, esse aqui é a medida mínima, fica aí.

Basta a medida que temos que obedecer. A maioria dos peixes que pegamos do Pantanal e soltamos é devorada, sim, porque tem estudo. O nosso rio não engavetado, é um rio pantaneiro, com todos os degradadores de jacarés, piranhas, de tudo que vocês pensarem. Até o Tucunaré já está na Bacia do Rio Paraguai todo e é um devorador das nossas espécies.

Então, estou aqui indignada e representando os pescadores e pescadoras profissionais que tiram os seus sustentos, sim, dos rios para sobreviver. “Ah, mas pescador só recebe seguro-defeso, isso e aquilo...” Não vou dizer que não tem as laranjas podres no nosso meio como

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA DE PESCA NO ESTADO DE
MATO GROSSO, LEI Nº 9.096/2009, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.

tem no meio de todas as profissões. Mas estamos aqui, sim, para defender a nossa classe com unhas e dentes. Se for preciso, faremos como na época do Presidente Lindemberg, que está ali sentado, fechar o Trevo do Lagarto, fechamos o que for possível, mas os nossos direitos queremos que sejam defendidos e nós sejamos respeitados.

Estou vendo aqui, também representados, a Marinha, que nos fornece a documentação de embarcação e sempre está nos orientando nos rios, como em Cáceres; a Polícia Ambiental; a representante da OAB; do meio ambiente.

Meus agradecimentos! Sempre estão nos servindo no nosso trabalho!

Nós fazemos parte de representatividade nas três bacias no nosso Estado: Paraguai, Amazonas e Araguaia. Cada um tem seu representante no Conselho do Turismo, da sociedade civil.

Nós temos uma minuta da Lei da Pesca e os políticos não fazem questão, nem olham para a minuta para ver se ela está boa e colocam em votação no plenário. Chamem-nos! Estaremos, em peso, no dia. Mas quando ficamos sabendo, lá na ponta, já tem um projeto tramitando aqui dentro com certos parágrafos que vou falar para vocês...

Eu sou uma Vereadora, defensora do povo e da classe pescadora que me elegeu. Contem comigo, Estado de Mato Grosso, para estar sempre aqui em defesa de vocês! Não é fácil essa caminhada!

Nós somos, em nosso Estado, sete mil e poucos pescadores. Dizem que 20 mil, até 30 mil.

Somos, a Elen está ali, parece-me que somos sete mil e pouco recebedores atuantes...

(A SRª ELEN FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

A SRª ELZA SOARES – Dez mil?

Mas recebedores de seguro dão uns sete mil e pouco que estão atuantes hoje na profissão.

E os amadores? Diz que é cota zero.

Será que não estão pensando na população cuiabana, na população cacerense? Porque muitos deles vão ao rio pegar um peixinho, um bagre, para fazer parte da mistura do dia a dia. Não vão ter o direito de trazer esse peixe para casa, para comer, para dar aos seus filhos?

Nós queremos, Deputado, qualquer projeto que tramitar nesta Casa, queremos ter conhecimento com antecedência, para que possamos tomar as nossas providências, tanto eu como todos os Presidentes de Colônia e todos os pescadores e pescadoras.

Queremos andar de braços dados com o turismo e hoje também com a pesca esportiva e com os amadores.

Obrigada a todos.

Mais uma vez, Deputado Faissal, o meu respeito e o meu obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) - Muito obrigada, Vereadora Elza.

Já deixo frisado que não tem nenhum projeto de lei de autoria deste Deputado em andamento na Casa.

Estou simplesmente fomentando a discussão.

Com a palavra, o nosso Deputado Nei Geller. Ele tem um compromisso no Palácio às 11h. Ele fará uso e depois irá se ausentar.

O SR. NERI GELLER – Bom dia a todos!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA DE PESCA NO ESTADO DE
MATO GROSSO, LEI Nº 9.096/2009, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.

Eu gostaria de cumprimentar e parabenizar o Deputado Faissal pela Audiência Pública e dizer, Deputado Faissal, não só Deputado, mas também como coordenador da Bancada do Estado de Mato Grosso, para que contem comigo, porque eu sei da importância que tem essa categoria, até por sua história, pela tradição, no acompanhamento dos trabalhos, para que possamos fazer isso de forma sustentável, essa transição que está acontecendo aqui no Estado de Mato Grosso.

Cumprimento também o nosso Prefeito, meu amigo, Sr. Raimundo, que é uma pessoa show de bola, uma grande figura; o Vereador Diego Guimarães, que é Vereador de Cuiabá, meu parceiro, que sempre nos ajudou muito; a Márcia, o Dema, de São José.

Obrigado a vocês que nos ajudaram lá, que conhecem toda nossa história.

Cumprimento também a Gabriela, que representa o Governador do Estado por meio da SEMA, que tem um papel muito importante a fazer.

Quero dizer a todos vocês, Deputado Faissal, de forma bastante rápida, infelizmente vou ter que sair, porque temos uma reunião da bancada agora com o Governador e vou ter que me ausentar, que me coloco, primeiro, à disposição de todos no sentido de fazer as mudanças na legislação.

Acho que cada um de nós precisa ter e fazer uma reflexão do que é justo, do que é certo, do que o Estado está passando pela transformação que está passando e como nós podemos nos inserir do ponto de vista de acompanhar essa transformação que está acontecendo muito forte.

Eu tenho vínculo muito grande com a colônia de pescadores lá de Barra do Garça. Conheci aquela comunidade e sei o quanto é difícil, mas o quanto eles são perseverantes e trabalhadores no sentido de sua sobrevivência.

Enquanto Deputado Federal e na condição de ex-Ministro de Agricultura, que conhece bem a agricultura aqui no Estado do Mato Grosso, do País e do mundo, digo a todos vocês que é muito importante essa questão da preservação ambiental.

Chamar essa responsabilidade, Deputado Faissal, de forma madura, inteligente, para que possamos, porque o desenvolvimento vai acontecer de qualquer forma...

Eu estava muito “linkado”, e quem conviveu comigo sabe, na questão da organização da Secretaria de Pesca, que é necessária, até para liberar as carteiras profissionais para vocês, vamos trabalhar para ajudar a liberar isso, organizar isso, ajudar na questão da preservação ambiental, que tanto se fala aqui, e fazer uma reflexão de que a agricultura é uma forma de caminhar junto com a colônia de pescadores e com os pequenos pescadores.

Nós precisamos entender que o grande segredo e a grande destruição da questão ambiental muitas vezes não é agricultura. Ela tem que ser penalizada quando comete excessos, mas o grande problema são as cidades urbanas que não tem saneamento básico, vai todo o lixo para dentro dos rios e acaba inviabilizando, muitas vezes, a preservação ambiental.

É preciso ter consciência disso.

Nós precisamos chamar à responsabilidade para ter investimento nessa área. Tem que ter investimento para fazer saneamento básico, mas tem que também ter uma orientação e uma disciplina cultural por parte da sociedade urbana para que faça realmente a coleta de lixo de forma adequada, para que faça a coleta dos dejetos de forma adequada, para fazer a preservação ambiental também.

Eu, particularmente, quem conviveu comigo, Deputado Faissal, e estou alinhado com Vossa Excelência enquanto Deputado Estadual e com Assembleia Legislativa, e conversei agora numa reunião rápida com o Presidente Eduardo Botelho, para fazermos essa integração.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA DE PESCA NO ESTADO DE
MATO GROSSO, LEI Nº 9.096/2009, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.

Eu sou gaúcho, vim do Rio Grande do Sul na década de 1980 e sou muito grato ao povo cuiabano e mato-grossense que nos acolheu, e sempre estive integrado, assim como o Ministro Blairo Maggi esteve integrado para levar o desenvolvimento para as pessoas que precisam de saúde, que precisam de estrada, para que possamos de forma integrada ajudar no desenvolvimento do Estado.

Acho também que vocês precisam ficar atentos nesse desenvolvimento do ponto de vista comercial e industrial também.

A colônia de pescador é importante sua sobrevivência, pela sua origem, mas também é importante se inserir no processo de desenvolvimento da agroindustrialização.

É importante nós termos a soja, é importante nós termos o milho, o sorgo, para também fazermos nossa pesca de forma tradicional, mas também fazer investimentos em alguns casos para fazer a piscicultura comercial, que é importante para cada pai de família que preciso de emprego, precisa de sua renda.

É nesse contexto todo que precisamos nos envolver e eu me coloco à disposição de todos vocês.

Quando fui Ministro, trouxe para o Estado mais de 150 milhões de reais em equipamento agrícola: PC, carregadeira...

São José é um exemplo disso. Aqui na Baixada Cuiabana nos colocamos para a maioria dos municípios recursos exatamente porque eu tinha a obrigação de cuidar da agricultura comercial, mas eu estava de olho nos pequenos agricultores, na agricultura familiar e principalmente no fomento da opção das pessoas que mais precisam.

Então, contem comigo, até porque a minha origem é da agricultura familiar.

Quando eu vim para Mato Grosso fui para um assentamento de Reforma Agrária, fui para Lucas do Rio Verde, morei embaixo de barraca de lona, passamos todas as dificuldades e conseguimos fazer daquela região uma grande região, inclusive com preservação ambiental.

O rios de Lucas do Rio Verde, de Sorriso, o Teles Pires e o Rio Verde são mais sustentáveis hoje do que eram no passado, quando nós tínhamos só cerrado, mas todo ano se queimava todo esse cerrado.

Hoje se faz agricultura sustentável e se faz a preservação dos mananciais, que é necessário fazer.

Então, é nesse contexto, Deputado Faissal, que mais uma vez quero me colocar à disposição de vocês.

Conte comigo, senhor Raimundo. Eu tenho obrigação com vocês, obrigação com a Baixada Cuiabana.

Eu quero ser um parceiro no sentido de ajudar a resolver os problemas de vocês e encaminhar para uma solução em que cada um tenha oportunidade de vida, e não estou falando com nenhuma demagogia.

Eu não tenho dificuldade de falar sim e também não tenho dificuldade de falar não e também não tenho dificuldade de dizer não quando não posso fazer. Eu acho que esse tem que ser o caminho. Lá no Congresso Nacional, a nossa parte nós vamos fazer.

Estou bem alinhado, mais uma vez, com a agricultura comercial, mas principalmente, da minha origem eu nunca me esqueci, que é o pequeno produtor. E, nesse contexto, eu me insiro também nesse tema de vocês, que é a pesca tradicional para que possamos, junto com o Governo do Estado, fazer um grande trabalho no sentido de oportunizar às pessoas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA DE PESCA NO ESTADO DE
MATO GROSSO, LEI Nº 9.096/2009, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.

Deputado Faissal, conte conosco, o pai do Vereador Diego Guimarães muito próximo, nos próximos dias talvez, estará conosco nesse contexto para ajudar, aqui no Estado, a chegarmos lá na ponta na questão da regularização fundiária, na questão desses microcréditos. Tudo isso acaba tendo a votação no orçamento que é importante para todos vocês.

Parabéns, Deputado Faissal!

Mais uma vez obrigado pela oportunidade. Conte conosco.

Um grande abraço!

Fiquem com Deus! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) – Agradeço ao Deputado Federal Neri Geller.

Dizer, Deputado Neri Geller, que nós temos aqui na Baixada Cuiabana o menor IDH, Índice de Desenvolvimento Humano de todo o Estado de Mato Grosso, um exemplo: Barão de Melgaço está em 131 dos 141 municípios, 138.

Professor Boulanger tem um estudo fantástico com relação a isso. Está na nossa Frente Parlamentar em Defesa do Vale do Cuiabá, então, que olhe por nós aqui da Baixada.

Que o sustento da economia todinho passa pela cultura familiar, Deputado Neri Geller. É muito importante a sua atuação, enquanto Parlamentar, lá em Brasília. Estamos à disposição, temos uma parceria muito boa com o Deputado Neri Geller e vamos só avançar nesse sentido.

Muito obrigado! (PALMAS).

Só uma pergunta, Deputado Neri Geller, Vossa Excelência já comeu cabeça de Pacu? (RISOS)

O SR. NERI GELLER – Deixa-me falar para vocês: eu comi cabeça de Pacu lá em Santo Antônio de Leverger.

Inclusive, Deputado Faissal, o Wagner é nosso representante, que está no meu gabinete, é um dos coordenadores e quando vocês não puderem falar comigo, podem falar com o Wagner, que estamos juntos e ele está me ajudando. Está bom?

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) – Obrigado, Deputado Neri Geller.

Ele tem uma grande virtude, ele é Colorado, torce para o Internacional, tchê, é bom, tem inteligência.

Vamos para o próximo palestrante, o Tenente Mendes Júnior, representante do Tenente-Coronel Rodrigo Eduardo Costa, Comandante do Batalhão Ambiental. (PALMAS).

O SR. MENDES JÚNIOR (TENENTE) - Bom dia a todos!

Sr. Deputado Faissal, primeiramente, quero parabenizá-lo pela iniciativa! Audiências Públicas como estas são raras, não comuns. Na pessoa do senhor, cumprimento os demais componentes da mesa, vários amigos e os demais presentes.

O Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental é um batalhão histórico, com cerca de 35 anos de existência, criado em 1983, inicialmente para combater os “Coureiros do Pantanal”, como uma companhia independente.

Posteriormente foi elevado ao *status* de Batalhão Florestal, para combater, principalmente, a pesca ilegal. E mais recentemente, Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental, para combater não somente a pesca ilegal, mas crimes e infrações contra fauna, flora, fiscalização de empreendimentos potencialmente poluidores, mineração, resíduos sólidos, recursos hídricos, com uma vasta gama de atuação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA DE PESCA NO ESTADO DE
MATO GROSSO, LEI Nº 9.096/2009, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.

Nós estamos aqui hoje representando o Batalhão, queremos deixar claro que o Batalhão não é o inimigo da população. A fiscalização está aqui justamente para somar com os senhores, para representar também o povo. A nossa missão precípua é servir e proteger. É servir aos senhores e proteger o meio ambiente, garantindo aos senhores o sustento da sua família, por meio da pesca, protegendo o peixe que é fonte de recurso e fonte de renda. Nós estamos aqui para somar.

Então, o Batalhão da Polícia Militar de Proteção Ambiental está à disposição desta Casa de Leis, à disposição dos senhores, das demais instituições aqui presentes.

Recentemente começamos fazer parte do Conselho Estadual de Pesca, cuja Secretária Executiva é a Sr^a Gabriela Priante. Temos visto o trabalho árduo que tem se realizado ali, porque a sociedade está ali representada, não só o poder público por meio dos agentes fiscalizadores, mas também os grupos de estudos, por meio das Universidades Federais, Estaduais, os grupos de turismo, aqueles que vivem do turismo, as pousadas etc., especialmente, os grupos de pescadores e as colônias, representando os pescadores profissionais.

Acompanhamos de perto o quanto é importante e árduo o trabalho que ali é realizado, como bem foi dito aqui, são trabalhos exaustivos, muitas vezes acalorados, em que temas como liberação da pesca do dourado, cota zero, e outros temas polêmicos... Tablados, no caso da ceva fixa etc... São ali debatidos.

Sr. Deputado, queremos ressaltar a importância desse Conselho ser ouvido.

A sociedade, representada pelo Conselho Estadual de Pesca, está ali na sua grande maioria. É um conselho deliberativo construtivo que não tem poder de vincular a nada mais, mas como órgão deliberativo pode e deve, sim, ser ouvido.

Sr. Deputado, queremos conclamar uma parceria entre o Poder Executivo, por meio do CEPESCA, da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, do batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental, do Poder Legislativo, na pessoa do senhor nessa Casa de leis; do Poder Judiciário, por meio, especialmente, do Juizado Volante Ambiental – JUVAM: somos todos um, estamos todos do mesmo lado para somar esforços, para poder preservar o meio ambiente.

Quero ressaltar, por fim, o artigo nº225 da Constituição Federal, que diz que todos têm direito e dever a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, cabendo ao Poder Público, que somos nós, senhor Deputado, e à sociedade civil organizada, à coletividade, preservá-lo e protegê-lo para as presentes e futuras gerações.

Se queremos que os nossos filhos e netos tenham acesso às maravilhas que nós temos hoje, a um Mato Grosso de esplendorosa natureza, de um meio ambiente lindo, reconhecido mundialmente, cabe não só ao Poder Público, mas aos senhores que estão presentes também, nos auxiliar para que isso aconteça.

Nosso obrigado, e estamos à disposição dos senhores. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) – Vamos para o próximo palestrante, Sr. Tarso Lopes, Presidente da Federação de pesca esportiva e amadora, pousadas e turismos sustentável de Mato Grosso.

O SR. TARSO LOPES – Bom dia a todos, quero cumprimentar o Sr. Deputado, todas as autoridades presentes.

Eu queria tratar de dois assuntos um pouco polêmicos. O primeiro, eu vou compactuar com o Sr. Belmiro, que nós, às vezes, em situações diferentes, mas andamos juntos, da questão do lixo no Pantanal.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA DE PESCA NO ESTADO DE
MATO GROSSO, LEI Nº 9.096/2009, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.

Essa é tão grave quanto os demais problemas da pesca, que está diminuindo o peixe.

Eu vivo, eu moro no Pantanal, eu vivo lá no dia a dia! Todos os dias, eu estou para cima e para baixo. Então, eu observo, nas margens dos rios, a quantidade muito grande de lixo... e dentro dos rios, na boca das baías, que vão se acumulando ali. Eu acho isso gravíssimo.

O Professor Darci falou que interfere na genética do peixe. Deputado, os ribeirinhos geram uma quantidade de lixo como todos nós geramos, só que eles não têm condições de tirar o lixo do Pantanal.

É muito caro para um ribeirinho sair das Conchas – estou falando da minha região de Barão de Melgaço – e levar o lixo até Barão de Melgaço, que gastará 125 reais. Ele não tem, talvez, essa renda para transportar esse lixo. E aí nós vamos lá e cobramos: “Oh! Você devia limpar aqui e jogar...”, “mas onde que eu jogo o lixo? Vou jogar onde”.

Então, o ribeirinho precisa de um apoio do Poder Público para recolher o lixo do Pantanal, assim como recolhe o lixo na cidade. O cara da casa gera um lixo, mas vem o lixeiro, pega e destina ao local certo. Nós que moramos no Pantanal não temos onde jogar o lixo. Quem tem condições de pagar, de levar, leva. Muitas pessoas levam, porque vão até Barão de Melgaço ou vão nessas localidades, mas é difícil! Há pescadores, moradores que não têm barco com motor.

Eu acho que um dos pontos principais nessa questão do meio ambiente seria a retirada do lixo do Pantanal. Sem contar o que a Capital joga de lixo dentro do Rio Cuiabá. E esse lixo, a água sobe, ele vai para os cantos, depois a água baixa e ele fica lá. Eu já fiz 03 ou 04 ações de retirada do lixo do Pantanal. Num dia só, tiramos 20 toneladas! É gravíssimo isso aí! A quantidade de garrafa, essa Long Neck... Cerveja boa é Heineken, quem toma Heineken é quem pode.

Então, os turistas que vêm de fora deixam lá... Nós precisamos dar um jeito de controlar isso aí. Nós tiramos dessas 20 toneladas... 30% foi de garrafa Long Neck, eu acho que tem que ter condição de o ribeirinho ter o tratamento igual tem na cidade. Passar uma barca lá de 15 a 20 dias, sendo em Cáceres, em toda a região, Rio Paraguai, Rio São Lourenço, principalmente perto da cidade para fazer retirada do lixo.

A outra questão que eu quero colocar aqui é a questão cota zero, que se discute muito.

Na verdade, esse nome é muito forte, cota zero. Ninguém quer acabar com o pescador, porque todos nós somos pescadores, pescador amador ou profissional. O que estamos lutando é para preservar o Pantanal, nós não estamos mexendo de forma nenhuma com a classe dos profissionais, são bem representados pelo Belmiro, eu o acompanhei no CEPESCA, as outras colônias. Então, não estamos de forma alguma querendo tirar nada do profissional.

Agora, o pescador amador é diferente. Belmiro falou aqui que o pescador amador tem uma cota diária. Ela é maior do que a do profissional.

Se o cara for lá pescar todo os dias e trazer 05 quilos e 01 pintado de 50 quilos, durante 20 dias dão 1.000 quilos. O profissional não tem essa cota. Então, eu represento a minha classe de pesca esportiva, de pesca amadora, mas eu sei do problema que tem aí no Estado.

Então, vamos falar sobre pesca amadora. Nossa entidade não mexe com a pesca profissional. Tem uma entidade que trata da pesca profissional. Entendemos que o ribeirinho tem que ser preservado. De forma alguma, nós não poderemos tirar a cultura do ribeirinho de pescar o seu sustento, ir lá tirar o peixe e comer. Ele vive disso. Então, a cultura do ribeirinho tem que ser

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA DE PESCA NO ESTADO DE
MATO GROSSO, LEI Nº 9.096/2009, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.

preservada. Onde nós queremos pegar? No transporte de peixe. Tudo bem. O cara vai lá a Barão de Melgaço e pesca um peixinho e leva para casa. Isso não tem problema. Não vejo problema nenhum.

A nossa preocupação são as pessoas que vêm de fora, levando o nosso pescado, e levam em quantidade muito grande. A nossa fiscalização ainda não está preparada e equipada. Ela vem caminhando para isso. Há muita boa vontade dos fiscais da Polícia Ambiental, porém nós precisamos equipá-la, Deputado. Nós não temos embarcações que competem com essas lanchas com motor 115, 120.

Então, há necessidade de equipar a Polícia Ambiental, e os fiscais da SEMA são muito bem intencionados. Então, a nossa luta de cota zero chama-se transporte. Não queremos... Esse nome cota zero está causando um impacto muito grande. “Eu não vou poder pescar?”. Vai sim. Vai lá, vai pegar o seu peixe, vai ter o direito de levar um exemplar para casa, para casa não, para a beira do rio, e vai comer lá.

Hoje, o peixe... Para se ter uma ideia, eu represento aqui em torno de 60 pousadas, 99% compram peixe de tanque, nós não temos como controlar o estoque do rio. É difícil para nós pegar peixe no rio e vender.

Eu mesmo, ontem, levei 60 quilos de peixe para a minha pousada, peixe de tanque. Isso é uma realidade nossa. As pousadas já estão adotando a cota zero. Está aqui o Júlio e o Robson, prova viva disso aqui, está na frente, eles não aceitam levar um peixe do rio.

Então, nós precisamos entender. Eu quero pedir aos profissionais... Para nós não mexermos na parte de profissional, profissional é uma profissão, ele tem que ser preservado. Nós não podemos chegar lá no profissional, “você não vai pescar mais nada”. Isso é loucura!

Nós estamos respeitando vocês e queremos pedir o apoio de vocês para nos ajudar contra esse transporte de peixe que está saindo do Pantanal.

Cada pescador, no Pantanal, nós temos aí um flutuante de 200 mil pescadores amadores em Mato Grosso durante o ano. Se cada um levar 05 quilos, dá 1.000 toneladas, então, gente, Pantanal não comporta tirar esse tanto de peixe. O sacrifício vai partir da pesca amadora e da pesca esportiva. A pesca esportiva já não mata peixe. Então esse sacrifício é nosso.

Nós estamos... As pousadas estão dando tiro no pé, porque o cara fala: “Ah, eu quero levar um peixe”, mas 70% já não levam, e nós queremos preservar o que é nosso, Mato Grosso, Pantanal, e o Mato Grosso do Sul adotou uma lei, se nós não tomarmos uma providência aqui, vão vir todo mundo para cá.

Aí vai vir aquele monte de caravana, porque aqui pode levar o peixe, Mato Grosso do Sul não pode e Goiás não pode.

Então, nós estamos no meio de um círculo aqui e agora? Vai prejudicar quem? Vai prejudicar nós amadores, vocês profissionais, porque eles vão vir aqui e tirar o nosso peixe. Então, nós precisamos tomar essa providência. Essa questão da cota zero, nós precisamos esquecer um pouco esse nome, o negócio é transporte do pescado, a retirada do pescado do rio.

Se nós não temos, hoje, aparelhamento na nossa fiscalização, então nós temos que segurar de alguma forma isso aí, porque há gente que vem aqui, leva 200 quilos, leva arraia, leva bagre, leva até tuvira para comer.

Então, eu preciso que vocês entendam que a nossa Federação da Pesca Esportiva Amadora e Turismo está com vocês também. A luta é nossa! Pantanal Mato-Grossense é nosso!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA DE PESCA NO ESTADO DE
MATO GROSSO, LEI Nº 9.096/2009, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.

Então, a nossa luta é essa, de tentar acabar com o transporte de peixe, respeitando todas as nossas culturas, existe a do ribeirinho, ele mora lá, ele viveu lá, ele criou a sua família lá. Há ribeirinho aqui que tem 03 gerações.

Nós precisamos respeitar o pescador profissional que vive desse sustento.

Ela falou aqui, e claro que há algumas pessoas que distorcem as coisas. Eu não entendo o pescador profissional como ameaça, eu entendo o traficante de peixes como ameaça, esse é o problema.

Tá certo? Pescador profissional é uma profissão dos tempos de Jesus Cristo. Agora, eu não entendo, de forma alguma, que esse pescador profissional seja uma ameaça, são nossos companheiros, somos todos pescadores, nós somos todos pescadores: amador e profissional.

Eu quero agradecer, meu tempo já esgotou. Eu acho muito importante interagirmos para andarmos juntos, nós - pescadores amadores e esportivos - com vocês, profissionais; estamos lutando por vocês indiretamente.

Nós temos o Belmiro, que está sempre conosco, e o CEPESCA. Estamos sempre juntos.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) - Agradeço a presença do nosso Prefeito de Barra do Bugres, que vai precisar sair.

Essa questão da conscientização, principalmente com relação à poluição, eu vou citar um exemplo que aconteceu comigo um tempo atrás, e vocês mesmos, pescadores amadores e profissionais, além de conscientizarem, vocês tem que procurar também reprimir quem joga lixo no leito dos rios, certo?

Eu estava, há cerca de quatro meses, no Rio de Janeiro, numa solenidade. Eu estava na parte externa e havia duas pessoas fumando. A primeira pessoa jogou a bituca do cigarro no bueiro; e a segunda pessoa apagou, ela tinha um compartimento e colocou a bituca dentro da bolsa.

Daí eu perguntei, até estranhei, falei assim... Primeiro, eu repreendi quem jogou no bueiro, porque na verdade acham que bueiro é lixo, bueiro não é lixo, tudo o que vai para o bueiro deságua no leito dos rios. Eu cheguei e perguntei para a moça que tinha colocado a bituca dentro da bolsa, por que ela tinha feito aquela atitude, ela disse: “Olha, aqui no Rio de Janeiro, certa vez, eu estava caminhando pelo centro e fui abordada por um agente ambiental municipal. Ele pegou meu RG e me multou. Hoje, se for fazer qualquer coisa, eu tenho CDA - Certidão da Dívida Ativa. Tive que ir lá e pagar a multa.”

Então, essa questão da fiscalização não é só dos órgãos competentes. Como foi frisado aqui, os órgãos não têm condição, não têm estrutura, ainda mais o Estado na calamidade em que está. Não aguenta. Essa conscientização parte de todos nós, o dever de cuidar do meio ambiente é de todo cidadão.

Tanto o lixo da poluição urbana, como o lixo do ribeirinho, deve ser tratado. Como já falaram aqui no púlpito, que às vezes o ribeirinho não tem condição de tirar, é uma forma de estudar algum tipo de programa para auxiliar a retirada desse lixo, para não ficar no leito dos rios, prejudicando a procriação dos peixes. Ok!

Vamos partir agora, nós temos aqui doze pessoas inscritas, cada uma delas terá três minutos para falar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA DE PESCA NO ESTADO DE
MATO GROSSO, LEI Nº 9.096/2009, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.

Eu peço a compreensão de todos vocês: enquanto um fala, os demais fiquem quietos. Certo? Que todos terão oportunidade. Vamos ter respeito com o próximo.

Eu vou chamar o André Maurício Simão, Presidente da Associação de Lojistas de Caça e Pesca-ALCAPE.

O SR. ANDRÉ MAURÍCIO SIMÃO - Agradeço a presença de todos os pescadores profissionais, os amadores e esportivos.

Deputado Faissal, obrigado pela oportunidade.

Eu sou de Lucas do Rio Verde, moro lá há 35 anos. Sou quase um fundador da cidade, sou do mesmo lugar onde habita o Deputado Federal Neri Geller e o Deputado Silvio Fávero. Temos essa parte boa da cidade, conseguimos eleger um federal e um estadual.

A nossa Associação de Lojistas de Caça e Pesca de Mato Grosso é uma criança recém-nascida. Partiu de 2017 para cá para que pudéssemos nos organizar, ter uma associação e lutar pelas causas dos lojistas. As causas são muitas, temos o problema do peixe. Como todo mundo sabe, esse peixe está cada vez diminuindo mais, e nós, lojistas, dependemos do peixe, que é o bem comum que todo mundo aqui quer. Certo!?

Nós, como lojistas, defendemos se há uma necessidade de baixar para um transporte zero, como o nosso amigo Tarso, das pousadas, já falou. Eu já tive o prazer de conversar com o Tarso e com os das demais pousadas, o que nós, lojistas de caça e pesca, pedimos a toda... Estamos pedindo nesta Audiência Pública, vamos requerer também depois ao Deputado Faissal, que essa diminuição da cota, que hoje é de cinco quilos e um exemplar, seja diminuída, que seja gradual, que seja gradativa, Deputado Faissal. Certo?

O primeiro ponto que eu acho que temos que fazer para que o peixe sobreviva é tirar o exemplar. Hoje, se você tirar o exemplar, você vai preservar muitas matrizes. Eu sou pescador de final de semana, a maioria dos amadores são pescadores de final de semana.

Eu ouvi em outras falas que colocaram na conta do pescador amador cinco quilos e um exemplar; fizeram uma conta de 25 quilos, falaram que ele pesca mais do que o profissional. Esse cara que faz isso todo dia não é um pescador amador, ele é um criminoso. Esse é um criminoso.

É assim, se tiver que diminuir, que seja gradativo. Vamos tirar esse exemplar e resolveremos muita coisa. Então, cinco quilos para o cara poder levar embora e comer, depois partimos para três quilos, para que cheguemos ao transporte zero. Não é, Tarso? Porque, realmente, as nossas futuras gerações vão sofrer com a falta do peixe.

Quero deixar aqui registrada a nossa participação, da ALCAP, Associação dos Lojistas de Caça e Pesca de Mato Grosso, e agradecer pela oportunidade.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) - O próximo inscrito, João Batista da Silva, Pescador Z8, de Santo Antônio de Leverger.

O SR. JOÃO BATISTA DA SILVA - Eu quero cumprimentar os colegas profissionais, senhores e senhoras, o pessoal da mesa, o Deputado.

Deputado, eu não vou falar muito. Eu estou aqui preocupado é com o meio ambiente. Fala-se muito em fechar a pesca, diminuir cota, mas ninguém está preocupado com o meio ambiente.

Gente, já é uma calamidade, são quatro catástrofes que já sofremos durante 15 anos e duas recentemente. Gente, isso é muito preocupante.

Isso é grave!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA DE PESCA NO ESTADO DE
MATO GROSSO, LEI Nº 9.096/2009, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.

Nós temos... 15 anos atrás, tivemos aqui no Rio Cuiabá, foi atingido daqui de Cuiabá até Pantanal; tivemos outro no Pantanal, aquele problema dos agrotóxicos na lavoura; aqui em Sinop, naquela usina; e agora no Rio Paraguai.

Então, vamos tomar cuidado.

E aqui no Rio Paraguai não foi só a matança do peixe, foi à contaminação da água.

Se acabar a água, se acabar o peixe e a água, nós vamos viver do que? Como que nós vamos sobreviver?

Cinco anos atrás, eu fiz um projeto numa audiência pública na Câmara de Santo Antônio do Leverger, para que o Deputado elaborasse outro projeto em cima do meu, para que fosse feita uma rede nas bocas de lobo de Cuiabá, de toda a região ribeirinha, para não soltar o lixo no rio.

Esse projeto foi revisto somente no ano passado, mas até agora, ninguém tomou essa solução, essa preocupação.

Em Santo Antônio do Leverger, hoje, se for recolher lixo na beira do rio, numa área de 5 quilômetros, dá mais de 50 toneladas. Nós temos meios de fazer isso.

Eu quero e eu proponho aqui, estou representando colônias e outros de Santo Antônio do Leverger... podemos, na época da piracema, fazer uma parceria entre o Governo do Estado e as colônias, para recolherem esse lixo, fazer limpeza no Rio Cuiabá.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) - Próximo inscrito, Antônio José da Silva, Presidente da Colônia Z1 de Cuiabá.

Vamos lá, Sr. Antônio.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA - Bom dia a todos.

Gostaria de cumprimentar os nossos amigos companheiros, pescadores e pescadoras, representantes de todos os segmentos, cumprimentar a mesa, em nome do Deputado Faissal.

Deputado, gostaria de reiterar a palavra da nossa companheira, Presidente da Colônia Dona Elza e confirmada pela Ellen, que é representante da Secretaria de Pesca no Estado, na qual diz, Deputado, que nós temos 7.500 pescadores na ativa no Estado. Há uma necessidade de fazer uma multiplicação, Deputado, entre mulheres, filhos e netos que chegaremos a um número considerável no Estado, de pessoas que dependem, exclusivamente, da pesca no Estado de Mato Grosso.

Gostaria de agradecer pela oportunidade que Vossa Excelência está nos dando de vir aqui e expor as nossas necessidades, os nossos anseios. Os nossos pescadores vem sofrendo há alguns anos sanções que engessam, atrapalham o trabalho deles. Nós viemos para demonstrar, Deputado, nós estamos como parceiros e não como inimigo público nº 1, esses pescadores são rotulados.

Antes mesmo de Cristo pisar na terra, já existia essa profissão. Muito obrigado! Os pescadores trouxeram faixas para dizer o que eles estão sentindo. E nós, como representante, nós não somos contra lei nenhuma que venha em encontro à defesa do nosso meio ambiente, principalmente dos nossos rios. Nossos peixes estão acabando, porque estão assoreando os nossos rios e o esgoto todo a céu aberto.

Eu gostaria de parabenizar todos os pescadores que saíram das suas casas, que se locomoveram e muitos de lugares distantes: de Rondonópolis, de Barra do Bugres, de Poconé, de Cáceres, Santo Antônio e outras regiões mais próximas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA DE PESCA NO ESTADO DE
MATO GROSSO, LEI Nº 9.096/2009, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.

Deputado abra o coração de Vossas Excelências! Olhem para nós, nos veja como parceiro e não como inimigos! O pescador, ele é a classe mais humilde na qual Vossa Excelência verá dentro do rio, porque nós temos outras classes que também usufruem do nosso rio, mas o pescador é aquela mais humilde. Eu gostaria de sensibilizar todas aquelas pessoas que, de repente, farão parte dessa minuta de lei, que querem aprovar, que ouçam o Conselho. O Conselho de pesca é o nosso representante. E aquelas pessoas que estão ouvindo as colônias, que estão em parceria com os pescadores, sabem de tudo aquilo que os pescadores estão precisando.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) - Obrigado, Sr. Antônio!

Gente, em toda profissão existem os bons e os maus profissionais. Eu sou advogado, e às vezes, o que falam mal do advogado, de político é porque as pessoas... “Ah! Eu sou advogado, eu sou político..”, eles tem o exemplo do mau e infelizmente o bom profissional paga pelo ruim.

Então, como o seu Antônio falou: “Sou inimigo.” Não é inimigo. É que, infelizmente, às vezes, nós temos exemplos ruins... Quando se fala sobre pescador, o que lembramos quando fala de pescador? Primeira coisa, tem uma pessoa que trabalha como cozinheira que recebe seguro de defeso do pescador. Isso é ruim para a classe, é muito ruim para vocês que se interessam, entendeu?

Outra questão também, aqui a Doutora Gabriela falou: “É importante frisar a existência de práticas ilícitas e predatórias”.

Alguém de vocês aqui concorda com pesca predatória? Ninguém concorda, é muito impactante isso aí.

Então, realmente o pescador profissional sofre essa pecha injusta por causa dos maus profissionais que fazem coisas erradas. Então, nós temos que nos policiar no nosso meio. É importante que diga isso.

Obrigado, Sr. Antônio, pelo que o senhor falou, mas nós mesmos temos que delatar quem faz a prática ruim, porque, na verdade, acaba atingindo e se estendendo a nós que somos bons profissionais.

Vamos lá, próximo inscrito, a Vereadora Márcia, de São José do Rio Claro (PALMAS).

A SR^a MÁRCIA – Deputado Faissal, membros da mesa, autoridades, bom dia!

Faço parte da Bacia Amazônica, pelos Rios Arinos, Claro, antigo Rio Sumidoro e Rio Alegre.

Tínhamos um Festival de Pesca matrichã no Brasil, mas precisamos de ajuda. Quem mais nos ajudam são os pescadores profissionais, infelizmente, temos poucos, não chegam a 100, mas os problemas são os mesmos.

Fiscalização, quando não é o excesso, é a falta. Temos, sim, pesca esportiva; temos, sim, preocupação com o meio ambiente, principalmente a questão das APPs, muito aqui já faladas.

A nossa preocupação é com o estoque da matrinhã. Indiscutivelmente, é o nosso maior problema, pois são toneladas e toneladas e desse transporte ilegal de um peixe maravilhoso, que se chama o matrinhã. E parece-me que o problema é a mesma coisa na outra bacia, o que fazer? Gostaria que vocês analisassem nessa minuta, a inclusão de produção de alevinos da espécie do respectivo bioma, pois também é um problema, pois quando produzimos os peixes em tanques, se

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA DE PESCA NO ESTADO DE
MATO GROSSO, LEI Nº 9.096/2009, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.

ele for de outra bacia, ele pode gerar problemas imagináveis no futuro. Então, nós estamos para somar.

O Município de São José do Rio Claro deseja fazer o Festival de Pesca do Matrinchã do Brasil, mas para isso é preciso fiscalização, ajuda e, principalmente, menos burocracia, preservação com menos burocracia. E aqui eu clamo à SEMA, à Marinha, todos os órgãos fiscalizadores! Precisamos! Nós precisamos impulsionar o nosso turismo. Estamos com vários problemas.

Vimos aqui, vereadores do município, e aqui está presente o nosso Presidente da Câmara!

Por favor, menos burocracia!

Muito obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) – Obrigado, Vereadora Márcia.

Vou passar a palavra ao Vereador Diego Guimarães, porque terá que se ausentar, também, e gostaria de deixar seu relato aqui.

O SR. DIEGO GUIMARÃES - Bom dia a todos e a todas!

Em nome do Deputado Faissal, eu cumprimento a mesa e todos os presentes.

Deputado Faissal, hoje, eu tenho um dia bem corrido. Desde às 7h quando estava no terminal do CPA conversando com a população sobre a licitação do transporte coletivo, porque, enquanto Vereador de Cuiabá, temos cuidado dessa pauta local.

Mas eu, como representante do bom povo cuiabano, que cresceu no entorno dos rios de Guarantã do Norte, Rio Braço Norte, Rio Braço Sul, Rio Teles Pires, neto de um pantaneiro e pescador, meu falecido avô Vicente, pantaneiro do entorno do Rio Peixe de Couro, de Santo Antônio de Leverger, não poderia - eleitor do Deputado Faissal - deixar de vir a esta Audiência Pública para debater esse tema que toca a minha vida, que toca a história da minha família, que toca o meio ambiente da Capital que eu represento e que toca a vida de centenas de milhares de pessoas de bem.

Eu vejo aqui, Deputado Faissal, a essência da população mato-grossense que pode encontrar um meio para dar o resultado esperado às futuras gerações.

Quem está aqui, Deputado Faissal...

Tenho certeza que aqui não tem ninguém que faça a pesca predatória; tenho certeza que aqui não tem ninguém que quer ver o fim do Pantanal; tenho certeza que aqui tem trabalhadores e trabalhadoras, pais e mães, avôs e avós, que querem ver os rios cheios de peixes, que querem ver o nosso Pantanal vivo, que querem ver a cultura disseminada e quer ver o desenvolvimento, também.

Nós queremos as pousadas; nós queremos o pescador amador, mas, queremos, também, que preserve quem tem aquela cultura da base que depende da pesca profissional para prover o sustento de sua família. Eu não tenho dúvida que os dois lados terão que ceder em algum ponto para que a mesclagem entre cultura, história e profissionalismo possa casar com o desenvolvimento, com a modernidade, com o turismo. E todos vão ganhar no final e as futuras gerações vão nos agradecer.

Deputado Faissal, Vossa Excelência está sendo protagonista na história do desenvolvimento do Pantanal Mato-Grossense, esse ecossistema que só tem aqui. No mundo inteiro é só aqui que tem o Pantanal como o nosso. Não existe outro bioma no mundo igual ao nosso. É só aqui e precisamos cuidar dele. Esse é o maior patrimônio que temos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA DE PESCA NO ESTADO DE
MATO GROSSO, LEI Nº 9.096/2009, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.

Como vereador eu tenho cobrado...

Aqui foi dito que do esgoto de Cuiabá, ainda, 60% estão caindo no Rio Cuiabá. Temos cobrado diuturnamente o cumprimento da meta da Águas Cuiabá que até 2021 terá que universalizar a coleta de esgoto em Cuiabá. Temos visto que as ruas da nossa querida cidade estão sendo quebradas e aquilo está perturbando. Muitas pessoas ligam dizendo: “Vereador, está ruim aqui! O asfalto novo foi quebrado!”. Eu falo: sinto muito! Isso é para salvar o Rio Cuiabá. Vai ter que quebrar, vai ficar ruim. Depois, a Prefeitura terá que fazer uma recapagem descente, porque a empresa não tem feito isso, mas é necessário. Não foi feito! Nós temos o histórico de, simplesmente, jogar o lixo e dejetos no Rio Cuiabá. Isso tem que acabar! A nossa parte aqui temos feito.

Nas propostas legislativas, Deputado Faissal, - e de uma forma brilhante Vossa Excelência tem feito isso - temos que ouvir a sociedade. Muitas vezes, nós, como Parlamentares, no desejo de resolver alguma coisa, de querer dar solução para tudo, chegamos e apresentamos uma lei sem ouvir a população. E aqui Vossa Excelência antes de formar o seu convencimento o que fez? Venham todos! Vamos nos sentar aqui! E a democracia é isso! Não se resume democracia no dia do voto, você ir lá depositar o voto na urna, virar as costas, ir embora e, agora, deixa que ele se resolva. Todos precisam ser ouvidos.

E, sim, o quanto antes, Deputado Faissal, esta Casa de Leis terá que se debruçar sobre o assunto, os representantes das categorias terão que entrar em um consenso dentro daquilo que é viável, dentro daquilo que atende a legislação, dentro daquilo que, obviamente, respeite o meio ambiente.

Eu tive a oportunidade, na Universidade Federal de Mato Grosso, de concluir o mestrado em Direito Agroambiental. Estudei um pouco esse assunto, sei quanto isso é importante e o quanto o mundo precisa do nosso ecossistema, mas não podemos deixar, simplesmente, tratar como letras frias da lei, sem olhar quem está lá na ponta, quem mais precisa.

Então, parabéns, mais uma vez, a todos os envolvidos!

Peço licença, porque tenho uma reunião, às 11h, e já estou atrasado. Tenho que ir à Câmara Municipal!

Que Deus os abençoe e que em breve possamos ter o nosso ecossistema, o nosso Pantanal mais vivo, gerando emprego, renda, cultura e sendo, como sempre foi, um grande orgulho para todos nós.

Obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) - Obrigado!

Sabias palavras do nosso Vereador Diego Guimarães.

Com a palavra, o próximo inscrito, Sr. José Viana Neto, Secretário Municipal de Agricultura de Barra do Bugres.

Na segunda-feira, estaremos em Barra do Bugres fazendo uma visita ao hospital.

O SR. JOSÉ VIANA NETO – Primeiramente, quero agradecer a Deus; cumprimentar todos os pescadores e pescadoras!

Eu quero fazer um convite para que compareçam, no dia 21 de abril, no Festival de Pesca da nossa cidade. Compareçam para prestigiarem a nossa festa.

Sr. Deputado, há 25 anos vimos lutando com a Lei da Pesca, fazendo debates. Eu não sei se é do conhecimento de Vossa Excelência, mas há 5 anos nós fizemos 13 Audiências Públicas para tratar da política da pesca e foi decidida a criação do Conselho de Pesca para tratar da pesca no nosso Estado, mas, infelizmente, parece que não resolveu. Por quê? Só eu passo passei 2

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA DE PESCA NO ESTADO DE
MATO GROSSO, LEI Nº 9.096/2009, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.

anos como titular do Conselho, representando a Bacia do Alto Paraguai. Agora, tem mais 2 anos... Depois disso, tem 2 anos que eu saí! Há uma minuta da pesca que foi bem feita por todos os segmentos da sociedade do Estado de Mato Grosso, tem estudioso da pesca, profissionais da pesca. Todos os segmentos participaram. Para tratar de algumas dúvidas relacionadas a essa minuta da pesca foram feitas Câmaras Técnicas, discutida por técnicos e eu não sei por que até hoje essa minuta não foi colocada em votação aqui, na Assembleia Legislativa. Eu acho que está tendo algum interesse particular, porque essa minuta não vem.

Agora estamos vendo falar que há duas minutas da lei de pesca, dois projetos da lei de pesca na Assembleia Legislativa, de dois Deputados aí discutindo. Eu acho que está errado, porque essa lei de pesca fala que para discutir pesca tem que ser o Conselho. E graças a Deus, Deputado, discutimos bem.

Quero dizer para o senhor, com consciência, porque foi discutido com técnicos, Universidade Federal e Estadual, todos os segmentos, o Professor Francisco e vários outros biólogos, pescadores, Ministério Público, Assembleia Legislativa, com todos! Cada segmento tem a sua cadeira lá.

Como eu falei aqui: alguma dúvida que tinha ia para as Câmaras Técnicas, que não dava para resolver lá na hora, tinha que pegar os técnicos, chamar os técnicos, tal, tal, ia para a Câmara Técnica e de lá vinha para a discussão novamente, e essa lei foi elaborada. Foram feitas treze Audiências Públicas.

Agora, eu não sei por que estamos discutindo aqui na Assembleia Legislativa mais uma vez a minuta da Lei da Pesca, este que é um problema sério.

Então, Deputado, eu quero ter a certeza que hoje, por unanimidade, vamos resolver que essa minuta da Lei da Pesca, feita pelo Conselho de Pesca, vai ser respeitada, vai ser levada à mesa dos Deputados para ser apreciada e votada. Lá cada um coloca a sua emenda. Acho que tem que ser assim.

Se algum Deputado ou algum estudioso da pesca achar que tem alguma irregularidade, que eu tenho certeza que não vai achar, porque ela já foi feita por pessoas competentes, e votar essa Lei de Pesca, o Conselho de Pesca.

É direito, é lei o Conselho de Pesca fazer essa minuta da Lei da Pesca e é de lei, também, os Deputados votarem. É de lei também o Deputado colocar emenda, se ele quiser, nessa lei.

Então, é isso aí, pessoal!

Quero falar um pouco da mortandade de peixes que vem acontecendo no nosso Estado. Há pouco um caminhão com soja, além de milho, não sei, carregando veneno na carga, tombou lá na cabeceira do Alto Paraguai e matou peixes. Os nossos pescadores lá estão privados. A polícia ambiental proibiu os nossos pescadores de pescar. Quem vai reparar? Quem vai pagar essas diárias?

Há uns cinco anos, uma usina de cana despejou lá, eles falam duas horas, de vinhaça na água, foi uma mortandade...(TEMPO ESGOTADO)

O SR PRESIDENTE (FAISSAL) - Mais um minuto para finalizar, Sr. Zé.

O SR. JOSÉ VIANA NETO – Foi uma mortandade de peixes, Deputado, absurda, e até hoje não vemos resultado, não foi reparado o dano ainda.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA DE PESCA NO ESTADO DE
MATO GROSSO, LEI Nº 9.096/2009, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.

Eu sou contra a cota zero, porque temos o pai de família lá que, no final de semana, vai lá pegar um peixinho para comer e ele não tem dinheiro para pagar 70 reais numa carteira de amador. Então, eles são considerados amadores.

A proibição do transporte também, não, porque ele não tem como transportar os seus filhos.

Eu sou a favor de ficar cinco quilos e o exemplar tirar, mas a cota zero vem prejudicar ainda o mais pobre.

Então, eu acho que temos que ver qual, realmente, é o problema do meio ambiente. Somos taxados a cento e vinte e cinco o quilo por semana; somos taxados para pegar peixes de medida de tal a tal e, infelizmente, não se chegou ainda a um resultado, a um objetivo de que o peixe não vai se perpetuar...(TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) - Obrigado, Sr. Zé. (PALMAS)

Próximo Inscrito, Raphael Veronez, do Grupo Pesca e Companhia.

Volto a dizer que acho importante a discussão aqui, porque quem vota são os Deputados.

Estamos aqui com a Gabriela, do Conselho, última a falar, para arrematar o assunto. Viu, Gabriela? O Conselho sempre tem voz ativa, mas é importante a discussão aqui na Assembleia, porque são os Deputados que acabam votando e, às vezes, tem gente que vota sem consciência.

Próximo inscrito, Sr. Francisco Teodoro da Silva, de Rondonópolis.

O SR. FRANCISCO TEODORO DA SILVA - Eu sou Francisco, de Rondonópolis, pescador desde 89.

Agradeço aos componentes da mesa, em nome do Deputado, pelo convite à Colônia.

Gostaria de fazer uma ressalva à Gabriela; No nosso Rio São Lourenço há três anos não sobe cardume de espécie alguma. Então, gostaria que fosse feito um estudo para ver o que acontece que não está subindo mais cardume de pintado, pacu, piauçu e todo tipo de pescado no nosso Rio Vermelho, inclusive no São Lourenço.

Essa é a minha colocação.

Obrigado pelo convite à Colônia 3, Deputado, e a todos os pescadores que se encontram aqui defendendo a nossa categoria.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) – Com a palavra, o próximo inscrito, Sr. Jair Gerônimo, empresário do ramo de pesca.

O SR. JAIR GERÔNIMO – Bom dia, Deputado Faissal, membros da mesa e ao meu grande amigo Bolanger!

Quero dizer que sou contra a cota zero, porque essa medida vai prejudicar os menos favorecidos. A elite vai à pousada de carro, de barco, de avião, e aquele pobrezinho, que compra a sua vara de bambu e pega o ônibus, vai pescar em Santo Antônio de Leverger e deixa a família em casa, tem que trazer o seu peixinho. Eu, Jair Gerônimo, vou pescar, deixando a minha família em casa, eu tenho que trazer o meu peixinho. O que precisa é fiscalização para acabar com os abusos!

Se a SEMA não tem efetivo suficiente, já me falaram isso na outra reunião, o Secretário de Meio Ambiente, faz então um convênio com a Polícia Militar, coloca no Trevo de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA DE PESCA NO ESTADO DE
MATO GROSSO, LEI Nº 9.096/2009, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.

Santo Antônio um posto para fiscalizar aqueles que vão ao rio e querem abusar, trazer mais que 5 kg, peixe fora de medida. Esses, sim, precisam ser educados e de maneira bem exemplar.

Outra coisa que eu quero ressaltar é que sou comerciante do ramo de pesca e muitas pessoas trabalham comigo, pessoas bem humildes, que só não estão aqui, hoje, porque só fiquei sabendo desta Audiência Pública ontem. São pessoas que encastoa o anzol. Pessoas que encastoa o anzol, para mim, são mais de 15 pessoas que sobrevivem de encastoar o anzol, é marido, mulher, nora, genro, todos aqueles que sobrevivem, todos trabalham em suas casas, sobrevivem disso; costureira de saco de pesca, duas ou três pessoas, que sobrevivem disso.

No ano passado foram confeccionados para mim 8.500 sacos. São pessoas que sobrevivem disso.

Pessoas de pequenas fabriquetas de chumbadas de fundo de quintal sobrevivem disso e se tirar a cota zero a classe menos favorecida, que é dos pobres, não vai mais pescar, porque vai deixar a família em casa, pegar sua varinha de bambu, seu molinete que seja, vai pescar para não trazer um peixe para casa? Eu acho que tem que evitar os abusos, os redeiros, que todo mundo sabe que tem.

Estão aqui os pescadores profissionais, gente lutadora, eu os convido para se unirem e denunciar os redeiros.

O SR. PRESIDENTE (FAISAAL) - Isso é a pesca predatória.

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) – Pesca predatória, claro.

Eu vendo material de pesca e na Piracema é a época que mais se procura materiais para fazer rede.

Eu não gostaria de vender, mas se eu não vender, o Brasil inteiro vende. Eu não posso fazer nada.

Então, o que precisa? Precisa fiscalizar.

OSR. PRESIDENTE (FAISSAL) – Concordo.

O SR. JAIR GERÔNIMO - Por um posto policial no caminho, que seja a polícia da SEMA ou que seja militar.

Outra coisa, responsabilizar os donos de pesqueiro e de pousada.

Como diz o amigo aqui da pousada, como um empresário do ramo, ele tem que fiscalizar o turista que vem lá não sei de onde e quer levar um monte de peixe; como os pesqueiros aqui das regiões de Santo Antônio, que têm tablados, querem ganhar dinheiro com o rio, que sejam responsáveis e não deixem ninguém trazer peixe fora da medida e não deixem ninguém trazer mais que a cota.

Vamos todos ser responsáveis para fiscalizar.

Outra coisa. Muito já se falou aqui sobre meio ambiente. Uma coisa não ouvi falar ainda, do desmatamento nas margens dos rios, de onde vem o assoreamento que acaba com o rio.

O que mais? Agrotóxico, que é usado de uma maneira... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) – Concedo mais um minuto.

O SR. JAIR GERÔNIMO - ...abusiva, que vai cair no Rio e vai matar os peixes.

Do esgoto já falou, tem que tomar providências.

Então, veja bem os senhores, essa cota zero vai prejudicar, se acontecer, todas as cidades ribeirinhas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA DE PESCA NO ESTADO DE
MATO GROSSO, LEI Nº 9.096/2009, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.

Se os prefeitos dessas cidades tivessem tomado conta disso, eles estariam aqui hoje, bem como todas essas pessoas que trabalham no ramo da pesca, como eu já citei aqui, todas vão perecer, porque não tem o que fazer.

Então, como eu já disse, na pousada vai só a elite. Os pobres, aqueles menos favorecidos só vai pescar na beira do rio e têm que trazer o seu peixe.

Portanto, sou radicalmente contra, mas acho com toda força, tem que fiscalizar para diminuir os abusos e a depredação do nosso Rio Cuiabá.

Muito obrigado, gente. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) – Muito obrigado Sr. Jair.

Só uma pergunta. Pode retornar ao púlpito? Só uma pergunta.

O senhor é a favor da redução gradual, de um exemplar, por exemplo?

O SR. JAIR GERÔNIMO - Não.

Eu acho que pode até tirar o exemplar.

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) – Cinco quilos e tira o exemplar.

O SR. JAIR GERÔNIMO - É.

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) – Pode tirar o exemplar?

O SR. JAIR GERÔNIMO - Pode.

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) – Porque todos falaram aqui que são contra a cota zero. Mas pode tirar o exemplar e ficar 5 quilos.

O SR. JAIR GERÔNIMO - Isso!

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) – Pode ser?

O SR. JAIRGERÔNIMO - Ou 5 quilos, ou o exemplar.

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) – Está bom!

O SR. JAIR GERÔNIMO - Quer dizer, já diminuiu.

Agora diminuir gradativamente também eu sou contra.

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) – *Ok.*

O SR. JAIR GERÔNIMO - *Ok*, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) – Está!

Obrigado!

Próximo inscrito José Adolfo França da Silva, pescador de Cuiabá.

Esse vai sair daqui direto para a beira do rio. Certeza! Faça uma aposta com vocês.

O SR. JOSÉ ADOLFO FRANÇA DA SILVA - Pessoal, eu sou pescador, vim com a camisa.

Beijo igual beijo do Corinthians, estão vendo?

Eu acho que não podem acabar conosco, pescadores.

Eu fui pescar no Lago do Manso, dois dias foram 800 paus. Isso é uma maldade.

Se fechar, estamos enrolados. Vai acabar o pescador. Eu acho uma maldade.

Não fechem. Sou contra. Deixem-nos pegarmos nosso peixinho, deixem-nos vivermos tranquilos. Nós só pescamos final de semana. Entenderam?

Viram aquele caminhão que caiu ali? Viram o que é agrotóxico?

Imaginem quantas toneladas, eu trabalhei com lavoura, quando você vai plantar, você põe o veneno na semente, imaginem na época da chuva, vem tudo para o rio.

O que a usina faz? Ela acaba com a forma do peixe, deixa o peixe estressado, isso dificulta o cruzamento do peixe, o peixe fica numa situação difícil.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA DE PESCA NO ESTADO DE
MATO GROSSO, LEI Nº 9.096/2009, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.

E tem o esgoto. Certo?

Agora vou falar uma coisa aqui importante que ninguém nunca falou: o maior denunciador da pesca predatória é o piloteiro.

Eu vou a pousadas, do Neco, eu fuço tudo esses buracos, lá tem dez aviões estacionados; lá no Jamil se vê lá quinze caminhonetes, lá tem 15, 20 piloteiros, eles sabem de tudo, eles são os caras que mais podem denunciar o que acontece no rio, os caras levam tudo, toneladas, e a SEMA não tem como fiscalizar. Não tem como. É muito fraquinho. Entenderam?

Mas, enfim, vamos luta, não vamos perder o nosso direito a nossa pescaria, pessoal. Vamos lutar. Pesca já!

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) – Obrigado, José Adolfo.

Me chama Zé. (RISOS)

Eu não vi uma alma viva falar que não gosta de peixe. Todo mundo gosta.

Próximo inscrito, o professor Francisco de Arruda, da UFMT.

O SR. FRANCISCO DE ARRUDA MACHADO – Deputado Faissal, Gabriela Priante, Nelson Flausino, um grande estudante de peixe dentro do Estado de Mato Grosso, um dos melhores atualmente, está no Ministério Público, João Batista, meu primo, pescador de Santo Antônio do Leverger, senhores pescadores profissionais e todos os pescadores, porque todos merecem respeito.

Vimos aqui para falar sobre lei de pesca.

Não adianta ficar com xororô, porque vamos ter a melhor lei de pesca do Estado de Mato Grosso e não vamos ter peixe e o motivo não é porque não tem lei de pesca, mas porque existe uma política que foi traçada pós-governo militar da utilização da água para outros fins.

Por exemplo, não temos mais rios Teles Pires. Nós temos uma sequencia de lagos que drena para baixo, nós temos Sinop, Colíder, Teles Pires e São Manoel, uma terminando quase na barragem da outra.

Teles Pires não tem mecanismo de transposição de peixe. Então, Rio Verde está morto.

Os melhores peixes são os peixes migradores para a reprodução, que vocês chamam de piracema. Eles não sabem mais.

Os Piraíbas, que eles falaram para deixar de pescar, praticamente não existem, porque eles vêm lá do estuário Marajó. Eles nascem aqui, descem, crescem, sobem e reproduzem - descem, sobem, reproduzem. Não só eles, mas vários outros bagres.

Daí falamos: vamos deixar de pescar. Não é assim que a coisa funciona.

O que precisamos, para fazer uma lei, é de conhecimento.

Vem pessoas aqui falar de sustentabilidade. Não se sustenta nada sem conhecimento. Não adianta ficar falando de sustentabilidade!

É uma pena que Neri Geller não esteja aqui, mas ele falar que agronegócio não impacta, é chover no molhado.

Todas as veredas, para quem viaja do médio norte para cima, onde tem plantação de soja... Eu vou abrir um parêntese para dizer para os senhores que agronegócio é soja, algodão e milho. Não confundir agro com agronegócio. São coisas distintas. Agronegócio é uma classe privilegiada. Está bom?

Essas veredas estão sendo drenadas, têm um solo hidromórfico, um solo fantástico.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA DE PESCA NO ESTADO DE
MATO GROSSO, LEI Nº 9.096/2009, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.

O milho, a soja, qualquer coisa que seja plantada lá é bem melhor e isso está afetando, porque os aquíferos, que são essas zonas de recarga, estão acabando todas e vão secar, vão acabar. Os rios estão com problemas. Nós estamos com problemas dentro de Cuiabá. Nós temos um Programa dentro do Ministério Público chamado “Água para o Futuro”, que está mostrando que daqui a cinco anos, se não resolvermos os problemas das nascentes de Cuiabá, nós vamos ficar sem água! Porque água é um mineral finito!

Voltando para a Lei de Pesca, gente, eu advogo que qualquer coisa que esta Casa queira fazer, Deputado Faissal, ela tem que fazer em nome do povo que ela representa e não o que está na cabeça dos Deputados, porque vocês nos representam, e representam aquilo que nós queremos. E dentro da sociedade há pessoas altamente qualificadas e muitas delas...

Estão dizendo que o meu tempo está esgotado, eu peço um minuto que o senhor deu para as pessoas.

Eu participei, representando o Ministério Público, naquela época eu estava lá, várias pessoas com alta qualificação: a economia, a biologia e a sociedade... Porque tem que ter sustentação econômica, você tem que ter sustentação social e, principalmente, sustentação ambiental para poder fazer valer isso daí. Ela é muito bem feita. Tudo que foi conflitante foi votado para poder compor a lei.

Então, dessa perspectiva, é necessária, e eu encerro dizendo para vocês, nós temos que ter como base essa Lei da CEPESCA. Para quê existe a CEPESCA? Da mesma forma, desconsiderar o CONSEMA é um absurdo!

Esta Casa tem a obrigação – eu encero aqui – de pegar essa Lei muito bem discutida com todos os segmentos e que ela sirva de base, que a Casa tenha uma equipe especializada para discutir essas questões.

Por último, a pior coisa que existe na pesca desportiva se chama pesque e solte. O pintado tem aquela calosa, que são os dentes. Pegam o peixe pela cabeça e ao pegar, pegam o bucho dele, furam, ele morre até 15 dias depois.

O dourado, como é um bicho bruto, quando pega o anzol, arrebenta a bochecha dele, onde há a maior irrigação de sangue que tem, ele vai morrer até 15 dias depois.

Os peixes láteros, que são lateralmente achatados, que são os pacus, também as peraputangas, as piabas, tem os olhos perfurados e serão soltos, vão todos morrer em um determinado momento. Como me disse um caboclo no Araguaia, carcaça não boia! Todo mundo fala: “Ah, mas eu não vejo peixe nenhum boiar.” E não vai, você tem um monte de mordiscadores, piquiras, camarões, depois chegam as piranhas, vão comer tudo e vai ficar só o osso. Então, carcaça não boia. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) – Obrigado, professor.

O Bolanger não vai dormir depois dessa saudação.

Vamos passar para o próximo inscrito, o Lindemberg Gomes de Lima, representando o nosso Presidente Deputado Eduardo Botelho. Vamos lá, Lindemberg.

Pessoal, o que é do consenso de todos é em relação à fiscalização. Temos o nosso Coronel Mendes Filho, Tenente Coronel Mendes Filho... Para fazermos fiscalização, precisamos ter condições de fazer. Isso acaba caindo no investimento e o Estado hoje carece de investimento, mas eu acho que é de consenso de todos termos condições de fazer uma investigação adequada.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA DE PESCA NO ESTADO DE
MATO GROSSO, LEI Nº 9.096/2009, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.

Quando eu falo isso, parece que o poder público não está fiscalizando, não é verdade, o poder público quer fiscalizar, mas está sem recurso para ter os mecanismos certos para fiscalizar. Certo, Coronel? Obrigado.

Vamos lá, Lindemberg.

O SR. LINDEMBERG GOMES DE LIMA – Bom dia a todos!

Cumprimento o Deputado Faissal, um Deputado que está chegando agora, com cara nova, eu acho que a Assembleia Legislativa, realmente, está bem representada hoje.

Na pessoa da Elza, Presidente de Cáceres, cumprimento todos os presidentes, o Presidente da Federação, o Belmiro; os pescadores e pescadoras, me identifico muito com vocês, quero dizer que é uma satisfação imensa estar junto com vocês hoje.

Eu quero, Deputado Faissal, reportar aquilo que o Chico colocou com muita propriedade em relação ao Conselho. Esse Conselho foi criado em 2009, em 2009! Para nós chegarmos à aprovação desse Conselho, tivemos 4 anos de discussão, Sérgio Ricardo, Riva e outros, e muitos pescadores que estão aqui presentes, fizeram parte dessa discussão.

O Zé Viana colocou muito bem, quando se foi realizando inúmeras Audiências Públicas dentro do Estado de Mato Grosso, tive a satisfação e a honra de representar os pescadores em todas essas audiências públicas...

Eu vejo com uma tristeza imensa, a Gabriela, por exemplo, lutar, dizer que nós estamos enjoados disso já.

Quero dizer que o Conselho tem uma minuta de pesca, está pronta, essa minuta foi feita por meio de conhecimento técnico, científico, porque o Conselho é paritário, nós temos membros, altamente capacitados.

Quando a Assembleia Legislativa propõe uma nova lei, é desconsiderar toda essa capacidade dos membros do Conselho, eu fico muito triste com isso, porque esse Conselho foi... E está na lei que toda a política de pesca do Estado de Mato Grosso tem que passar no crivo do Conselho de pesca.

Então, eu não vejo... Eu acho que existe aqui uma inversão de valores, Faissal, gostaria que o senhor prestasse muita atenção nessa minha posição, porque quando o Zé Viana coloca aqui que teve um caminhão de milho carregado com agrotóxico que tombou em determinado rio da bacia do Paraguai e ninguém sabe o quê foi feito. Se houve pena, eu acredito que não teve penalização nenhuma, salvo engano... Temos aqui pescador que foi preso. Cinco, oito anos atrás, pescador de Rondonópolis, lá no São Lourenço, por causa de dois centímetros, o pescador foi preso em uma sexta-feira, Faissal, foi trazido para cá, para Cuiabá, ficou sábado, e domingo à tarde que consegui tirar ele de lá, pagar hotel para ele, porque estava jogado na sarjeta, pescador está aqui presente hoje.

Então, tem duas medidas aqui.

Porque alguém que faz... Nós tivemos outros casos, por exemplo, de quadra, lá no pantanal; tivemos outros problemas na usina de Sinop e ninguém sabe o quê foi feito.

E sendo que um pescador, se pegar um peixe fora da medida, ele é penalizado, ele tem uma restrição e digo mais, ele fica com um processo lá no Ministério da Pesca, se ele não se defender, se ele não tiver um bom advogado, a carteira dele será presa.

Então, eu não estou entendendo! Nós estamos regredindo... Mato Grosso do Sul... Gostaria, Deputado Faissal, que Vossa Excelência aumentasse o meu tempo, por favor! Por favor, porque isso que eu estou colocando é muito pertinente, eu considero.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA DE PESCA NO ESTADO DE
MATO GROSSO, LEI Nº 9.096/2009, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.

Vejam bem, temos um decreto que está comigo, em que o Governo de Mato Grosso do Sul está colocando medida em bagre, em botoado, em acari...

(A PLATEIA SE MANIFESTA.)

O SR. LINDEMBERG GOMES DE LIMA – Está aqui, pessoal, publicado no *Diário Oficial!*

(O PALESTRANTE MOSTRA O DOCUMENTO DO PÚLPITO.)

O SR. LINDEMBERG GOMES DE LIMA – Vejam bem, será que nós estamos caminhando para isso também? E o que eu vejo com muita tristeza é que o divisor, Deputado Faissal, do nosso Estado com Mato Grosso do Sul é o que, gente? A nossa divisa é água, a legislação nossa tem que ser única! Nós temos pesca fechando em outubro, sendo que em Mato Grosso do Sul, no Piqueri só fecha em novembro.

Quando abre em fevereiro, nessa mesma região está fechada, que é o mês de março. Neste momento, a pesca está fechada lá. Nós temos esse Conselho justamente para trabalhar, e a esperança que tínhamos é que realmente esse Conselho viesse a discutir, a trazer solução para essa classe tão conflitante.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) – Obrigado, Sr. Lindemberg!

Com a palavra, o Sr. Francenil Souza, pescador de Bom Sucesso, Várzea Grande. VG presente aqui também!

Pessoal, a última a falar será a Dr^a Gabriela, de novo, pelo CEPESCA. Ela arrematará o assunto, e nós também.

O SR. FRANCENIL SOUZA – Obrigado, Deputado!

Vou abrir a minha fala, como a Sr^a Gabriela falou, não estamos aqui para brigar e sim para ver o lado positivo da pesca do nosso Rio Cuiabá. Nós temos que dar valor ao nosso Rio Cuiabá, que, em pleno século XXI, ainda está pegando peixe, apesar de tanta poluição que esse rio já sofreu.

Deputado, todo mundo vem falar em pescar o peixe, retirar o peixe do rio, saltar, pegar, entendeu? E, nesta Audiência, venho para falar o seguinte: a natureza não aguenta mais doar o peixe para nós. Ela já não aguenta mais reproduzir o peixe para todo mundo pescar e comer. Nós temos que fazer nossa parte como cidadão, como pescador, como empresário, como todos: nós temos que soltar o peixe no rio.

Todo pescador lembra quando o ex-Deputado Sérgio Ricardo e Murilo Domingos soltaram o peixe no rio, quanto de peixe que tinha no rio? Então, Deputado e a todos os Deputados, a natureza não consegue mais produzir peixe para nós comermos.

Nós não estamos na Cuiabá de 40 anos atrás, entendeu? A população triplicou aqui em Cuiabá, em Várzea Grande. Nosso Rio Cuiabá, onde se une a cidade de Várzea Grande a Cuiabá. Hoje, não se encontra um político de Várzea Grande conversando com a população aqui.

Então, Deputado, eu espero que Vossa Excelência pense, converse com outros Deputados, que veja uma lei, pois a natureza não está dando conta mais de dar o peixe para nós, e nós temos que ajudar a natureza. O poder hoje está aqui em nossas mãos, Deputado. Hoje, nós temos a EMPAER, que traz todos os tipos de alevinos, pacu, pintado, dourado, piau, quantos quiser. Hoje, nós temos capacidade para soltar 10, 15, 20, 30 mil peixes no Rio Cuiabá.

Então, Deputado, fica aqui minha palavra. Muito obrigado a todos vocês, pescadores, é bom ver todos os pescadores aqui. E vamos dar uma ajuda para a natureza.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA DE PESCA NO ESTADO DE
MATO GROSSO, LEI Nº 9.096/2009, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.

Muito obrigado a vocês! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) – Obrigado, Francenil.

Próximo inscrito, Moacir, da Colônia Z-11, de Poconé. Poconé do nosso Secretário Dodô, nosso Prefeito Tatá Amaral.

O SR. MOACIR BENTO RIBEIRO – Quero aqui dar o meu bom dia, Deputado Faissal, e, por meio dele, cumprimentar toda a mesa, os presidentes de colônias presentes, os pescadores, nossos amigos e companheiros.

Em primeira mão, quero dizer o seguinte: que eu sou contra a cota zero, que vai atingir, como já foi falado, a maioria dos ribeirinhos, empresários que mexem na área, eu quero dizer aqui os “isqueiros”, que pegam a isca, defendê-los também, porque a cota zero, os amadores não vão mais pescar e quem consome hoje, quem move essa área aí são os amadores.

Eu quero dizer que Poconé, pescadores de Poconé, ribeirinhos são a favor da preservação.

Eu com 58 anos vividos dentro da beira do rio, porque sou ribeirinho, minha mãe faleceu em uma canoa ali na Fazenda São João e está enterrada hoje lá na Fazenda São João, no cemitério antigo de lá.

Conheço mais do que nunca o sofrimento dos ribeirinhos, como a Elza disse. Entre os pescadores, há os malfeitores, mas não vamos desmanchar um exército por causa de 02, 03 soldados, nós devemos ensiná-los ou, senão, banir da companhia. Essa é minha opinião.

Os pescadores, realmente, precisam da pesca, precisam do rio, e nós somos pantaneiros, não preservamos só o rio, como preservamos também as áreas secas do Pantanal.

Poconé é privilegiado com o Pantanal que tem. Porto Jofre é visitado por todo o Brasil e pelos estrangeiros também.

O Jamil, com toda a sua prepotência que tem, todo o seu... que tem, ele também defende muito o Pantanal.

Ali pode ter também malfeitores, que têm em todos os lugares, mas também ele é um defensor do Pantanal.

E eu como ribeirinho de 58 anos, estou aí à disposição Deputado Faissal, Poconé, todo o Pantanal, todos os pantaneiros estão juntos para a defesa do meio ambiente, que nós precisamos das margens dos rios, que essas localizações dos pesqueiros sejam mais estudadas, as margens é que seguram a água, e sem a água nós não temos nada da natureza.

Foi bem dito pelo Professor ali, temos que pensar sobre a lei e aplicá-lo, não adianta ficar com chororô, o que nós temos é que ajudar a preservar, e eu faço aqui um apelo a todos os pescadores profissionais, aqueles que ainda têm em mente a pesca predatória, que nos ajudem, que nos unimos para que essa pesca predatória seja acabada, seja banida do rio.

E um alerta que eu faço à SEMA e ao Governo do Estado de Mato Grosso, eu vi muito elogio às apreensões de peixes nas estradas, mas o que precisamos, Deputado Faissal, é fiscalização nos rios para não matar os peixes, porque depois de morto... (TEMPO ESGOTADO)...

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) – Mais 01 minuto.

O SR. MOACIR BENTO RIBEIRO – ...a natureza fica de luto a mesma coisa, porque já foi morto, então eu acho que a fiscalização é aplaudida sim, fiscalizar nas estradas, mas o certo era fiscalização nos rios.

Não deixar matar os peixes, aí sim nós estaríamos preservando os nossos peixes.

Meu muito obrigado a todos! (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA DE PESCA NO ESTADO DE
MATO GROSSO, LEI Nº 9.096/2009, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) – Obrigado, Moacir! Concordo com suas palavras.

Próximo inscrito, Marcos Zhang.

Parabéns! Falou tudo também. Fiscalizar e fiscalizar com antecedência, e é claro punir de forma mais severa aqueles que transgridam a lei, porque a impunidade é uma questão de injustiça, então nós temos que punir com mais rigor aquele que transgride.

Vai falar, então? É o último inscrito a falar, depois vem a Dr^a Gabriela.

O SR. MARCOS PACCOLA - Deputado, bom dia a todos, gostaria de parabenizar pela iniciativa, cumprimentar os demais membros da mesa e todos os presentes.

Eu falo em nome dos pescadores esportivos e da pesca amadora. Eu gostaria só de relembrar que todos estão aqui neste momento pelo mesmo objetivo, que é a recomposição do estoque de pesca, do estoque pesqueiro dos peixes no rio, mas com interesses diferentes, cada um com seus interesses pessoais.

E quero deixar claro que os pescadores esportivos e amadores conscientes sabem que quem mais depende desse rio, primeiro, são aqueles que fazem a pesca de subsistência, é aquele que vive, que depende do peixe para comer, para viver; depois os pescadores profissionais, que dependem disso também para dar sustento às suas famílias; e a escala toda dos empresários da pesca, dos donos de pousada, enfim, há toda uma cadeia de geração de empregos, e também existem pessoas dependendo.

E eu gostaria de deixar claro que, neste momento, discutimos a lei da pesca, mas as causas da redução dos pesqueiros são várias, como já foi dito aqui. E aí eu conclamo o nobre Deputado e demais membros desta Casa para cobrar do Governo algumas coisas que precisam ser reguladas por decreto, em especial, com relação ao peixamento e à criação de parques de pesca, onde há o barramento do rio. É como o Prof. Chico muito bem disse, o peixe não reproduz nesses lugares. E podemos olhar para fora, quantos países, quantos outros lugares que já passaram pelo que estamos passando, que é a redução do estoque, tomaram medidas e que resolveram?

Então, quero deixar claro que também reconheço a cultura cuiabana e dizer que o que gente precisa combater não é o profissional, não é o amador, não é; é o predador profissional, é o amador predador, enfim, aquele que não tem consciência. Para isso, Deputado, não adianta aumentar a fiscalização, aqui vou dar um exemplo clássico com a proibição da ceva e dos tablados. Todo mundo sabe que existe uma lei, o tablado tem que ser regulado pela Marinha, assim como todas as outras embarcações, sabemos que isso não tem, a pesca com a ceva fixa, qual é a penalidade disso? Cortar o galão, tirar a ceva, ou a pessoa é apreendida... Então, uma das propostas que fizemos, quando estávamos ainda na CEPESCA, foi de criar o Fundo de Reparrelhamento da Estruturação da Polícia Ambiental e da SEMA.

Sou Oficial da Polícia Militar também, sou Tenente-Coronel da Polícia Militar e sei da realidade da Polícia Ambiental. Eu vejo que a punição é muito importante, mais do que fiscalizar é criar leis que realmente sejam efetivas, no sentido de dar perdimento. A pessoa que for pega com a pesca predatória, seja ele amador, transportador, pescador profissional, se é origem de pesca predatória, tem que perder tudo: embarcação, carro, veículo, material de pesca... (PALMAS)... E isso tem que ser disponibilizado para a Polícia Ambiental, se for de interesse, para uso na fiscalização; e se não for de interesse, vai para leilão. O dinheiro arrecadado vai para o Fundo, garantindo que isso vai ser utilizado na fiscalização do estoque pesqueiro, e a partir daí, temos outras regulações, que é com relação à criação dos parques de pesca, nós não vamos atrapalhar o pescador

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA DE PESCA NO ESTADO DE
MATO GROSSO, LEI Nº 9.096/2009, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.

profissional, teremos a criação das medidas com relação às PCHs e às Usinas Hidrelétricas, de peixamento e recomposição do impacto ambiental causado por ausência de escada, enfim, outras leis que estão fora da Lei de Pesca.

E quero atentar que essa minuta da CEPESCA, eu vejo que tem que ser respeitada. Com relação à manutenção da cultura do cuiabano, nós entendemos também e concordo com a retirada do exemplar que vai ser um grande avanço, já com redução de matrizes.

Quero dizer que temos consciência de que o pescador amador que vem de fora são quase 70 mil pessoas por ano, mas a quantidade de pescadores amadores, aqui no Estado, é muito maior. Então, dizer que o pescador amador também não impacta, tem que ser repensado, porque nós sabemos que essa não é a realidade. Pode ter certeza de que o pescador esportivo é parceiro do pescador profissional, ele não leva o peixe, mas ele consome. Ele vai comprar o peixe que o senhor pesca e vai lá comprar esse peixe, ele vai à pousada, ele vai lá...

E, por fim, só para colaborar com o pessoal do setor de pesca que realmente é sustentado pela pesca amadora: a questão dos tributos. Hoje, o pescador que vem de fora, de São Paulo, ou até do estrangeiro, ele não compra quase nada em Mato Grosso, porque aqui nós temos a carga tributária mais cara, mais pesada do Brasil, uma dificuldade gigantesca de frete e custo de frete para isso, e se não tiver um incentivo para que essas lojas de pesca barateiem para dar melhores condições, tanto para o amador, quanto para o profissional, e sustentabilidade para toda... (TEMPO ESGOTADO)

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) - Obrigado ao Paccola, sábias palavras, também. Vamos encerrar aqui, eu vou passar a palavra para a nossa...

O SR. ROBSON BRITO (FALA FORA DO MICROFONE) - Só um adendo. É importante dizer...

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) - Pode falar no microfone, mas depois do senhor vem a Gabriela, e depois encerraremos.

O SR. ROBSON BRITO - Bom dia a todos!

É importante dizer que quando o Paccola fez no CEPESCA essa proposta de perdimento do bem do infrator, foi para votação, e nós perdemos isso aí. Então, eu não consigo entender como que alguém vota contra uma coisa que só prejudica o infrator. Eu acho que tem que ser melhor aparelhado o CEPESCA. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) - Tá. Obrigado. Como é o seu nome? Só para registro da Taquígrafia.

O SR. ROBSON DE BRITO - Robson de Brito.

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) - Obrigado, Robson.

Vou passar agora a palavra para a Gabriela, que é a nossa representante da CEPESCA, me ausentarei um pouquinho e já volto.

A SR^a GABRIELA ROCHA PRIANTE TELES DE ÁVILA - Eu gostaria de saber quanto tempo eu tenho, são muitos pontos para eu tentar sistematizar.

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) - Como representante da CEPESCA, eu acho que todos nós aqui respeitamos a minuta da CEPESCA. De quanto tempo você precisa?

A SR^a GABRIELA ROCHA PRIANTE TELES DE ÁVILA - Dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) - Dez minutos para conclusão da CEPESCA, então.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA DE PESCA NO ESTADO DE
MATO GROSSO, LEI Nº 9.096/2009, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.

A SR^a GABRIELA ROCHA PRIANTE TELES DE ÁVILA - Tentarei.

Eu tentei, para não alongar muito, pegar alguns pontos que pontuamos nesta Audiência Pública. Eu entendo que o assunto não será esgotado hoje, nem é esse o objetivo, o objetivo é fomentar a discussão, mas eu gostaria de começar pelo último assunto falado agora, que é a minuta da lei do CEPESCA, que não contemplou a questão do perdimento de bens. Ela contemplou, sim, está nas sanções administrativas, na minuta da lei da pesca. Então, um dos avanços que têm na minuta da lei da pesca, aprovado pelo CEPESCA, são sanções mais severas para os infratores, porque o que temos muito, algumas vezes, é a dificuldade do enquadramento da sanção, da prática ilegal.

Então, esse cuidado ocorreu para melhorar e efetivarmos melhor os encaminhamentos para aqueles que estão realizando a prática ilegal da pesca.

Em relação à mortandade de peixes, que foram pontuadas algumas que aconteceram na região da Bacia Amazônica e na Bacia do Alto Paraguai, eu gostaria de deixar bem claro que em todas as mortandades registradas, os responsáveis foram penalizados, as sanções foram encaminhadas. Eu não gostaria de detalhar cada uma delas, porque o tempo é muito exíguo, mas eu gostaria de falar especificamente da mortandade mais recente, que é essa ocorrida aqui em Alto Paraguai, que foi agora nesta semana. Eu ouvi dizerem que até agora não foi feito nada, isso não procede, foi feito sim. Assim que tomamos conhecimento do ocorrido, foi feita a perícia, coleta em campo. Esse trabalho não foi sozinho pela SEMA, houve envolvimento de instituições parceiras, Politec, Batalhão de Polícia Militar e Proteção Ambiental, Secretaria do Meio Ambiente, responsável pela APA, onde ocorreu essa mortandade.

O que acontece é que, foi constatado, provavelmente, que a causa da mortandade seja decorrente do acidente que aconteceu, em que foi transbordada uma carga de milho e esse que provavelmente esteja com alto teor de agrotóxico e esse resíduo provavelmente foi até os corpos hídricos e causaram a mortandade dos peixes.

Para que demos certeza neste laudo, as coletas foram feitas e ainda estão em processamento, essas análises, elas não são imediatas, existe um protocolo de obtenção do resultado, as coletas foram realizadas imediatamente, mas está em processamento a análise da qualidade da água, dos peixes, de pesticidas. Essas análises não estão sendo realizadas somente aqui em Mato Grosso, estão sendo realizadas também pela Fiocruz e assim que tivermos os dados, conseguiremos dar um laudo certo, assertivo do que aconteceu com essa mortandade.

Em relação a uma pergunta que me foi feita, eu acho que é do Sr. Francisco lá da região do São Lourenço, pescador profissional, perguntou: Por que os cardumes de peixes não estão subindo na região de São Lourenço? Bom, é uma pergunta muito específica e pontual. Eu não saberia te responder a causa, até porque eu não tinha conhecimento dessa dificuldade.

Eu anotei aqui e levaremos essa preocupação aos responsáveis e sempre que uma causa é identificada, ela precisa ser informada ao órgão competente para que medidas cabíveis sejam tomadas, não só de autuação, como de investigação de estudo científico sobre o tema.

Comprometo-me, posteriormente, você pode nos procurar para tratarmos especificamente, sobre esse tema.

Outra questão muito importante em relação à modalidade do pesque e solte e a questão de estabelecimento de cota para a captura. Se juntarmos todos os anseios é possível, sim, nós estabelecermos conceitos na lei que agregam os interesses de todos os diversos atores da pesca. Por exemplo, com relação ao pesque e solte, a modalidade esportiva muito realizada pelos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA DE PESCA NO ESTADO DE
MATO GROSSO, LEI Nº 9.096/2009, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.

pescadores esportivos. Se instituírmos no Estado de Mato Grosso apenas a permissão da modalidade pesque e solte, vamos tirar o direito dos demais pescadores de exercerem a atividade da pesca.

Então, eu concordo, sim, quer falar sobre pesque e solte? Então, vamos como o Sr. Pacola comentou, vamos instituir, escolher áreas, regiões do Estado de Mato Grosso que sejam determinadas apenas para a realização da prática do pesque e solte. Por exemplo: essas regiões para ser escolhidas, elas precisam ser escolhidas em parceria com a comunidade local para que as pessoas que vivem naquela região não tenham a sua vida prejudicada. Então, eu acho que é uma discussão que cabe, que é possível, sim.

Lembrando que, quando nós soltamos um peixe, a prática da soltura deve ser muito cuidadosa, por quê? Pode acontecer alterações fisiológicas nesse peixe que foi fisgado, provocando ferimentos nos peixes, alterações metabólicas e esses locais feridos podem se tornar, posteriormente, um foco de contaminação de fungos e bactérias. E esses exemplares que foram soltos, podem vir a morrer logo em breve.

Então, é uma modalidade que pode ser e é praticada, mas ela deve ser praticada com cuidado e com respeito aos critérios técnicos. Com relação à cota, ao estabelecimento de cota ou proibição de captura, é uma das medidas de gestão de estoque pesqueiro e não é a única medida.

O que nós enfatizamos é que ela deve ser implementada se os dados científicos mostrarem a sua necessidade. Eu vou pegar um exemplo do que temos hoje na lei vigente da pesca, que é a proibição do dourado. O dourado está legalmente proibido, foi instituído na Lei de Pesca em 2013. E não tem tempo determinado para a liberação da pesca. Uma medida que foi drástica, sem levar em consideração a real necessidade científica para que tomemos uma medida em lei e essa medida seja fundamentada e assertiva, necessita ter fundamentação científica.

O que nós estamos propondo fazer e fazemos no âmbito do CEPESCA é iniciarmos essa discussão junto com os conselheiros, junto com a sociedade, para que nós possamos amadurecer nesse ponto.

Nós, nesse sentido, chamamos a todos que tenham interesse em participar do Conselho de Pesca, as reuniões são públicas, tem um calendário disponibilizado no *site* da Sema, no *link* do CEPESCA. A próxima reunião do CEPESCA será no dia 11 de abril, no auditório da FIEMT, das 08h às 12h. Uma das pautas dessa reunião é justamente tratarmos sobre o estado da arte da população do dourado no Estado de Mato Grosso.

Será a primeira vez que nós vamos, no âmbito do CEPESCA falar, especificamente, sobre o dourado, mediante informações técnicas, porque a universidade tem dados científicos de comportamento reprodutivo do dourado, desde antes da proibição da pesca e após a proibição, assim como dados de dinâmica populacional desses peixes. Esses dados estão sendo sistematizados, organizados e serão apresentados pela primeira vez no Conselho, no dia 11/4. Isso indica que vai iniciar essa discussão no âmbito do Conselho.

Quando essas informações forem apresentadas, o Conselho poderá decidir o que fará em relação, por exemplo, ao dourado, mediante o que for apresentado.

E nós também entendemos que essa é uma discussão que não vai ser vencida em uma única reunião, e não é isso que a gente quer. O que queremos é iniciar a discussão de uma forma coletiva, de forma que envolva a sociedade em geral, para que a decisão tomada seja uma decisão assertiva.

E não, por exemplo, como já foi mencionado aqui, lamentavelmente o nosso estado vizinho, um grande parceiro, Mato Grosso do Sul, sancionou um decreto recente, de alteração

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA DE PESCA NO ESTADO DE
MATO GROSSO, LEI Nº 9.096/2009, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.

na lei da pesca e esse decreto está com várias falhas, não só falhas legais como também falhas técnicas.

Eu tive contato com os técnicos do IMASUL, que é o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, responsável pela gestão dos recursos pesqueiros, eles estão muito angustiados, porque o decreto não contempla o que o corpo técnico do Estado propôs. Então, mostrou uma arbitrariedade e nós não queremos ter esse exemplo aqui, em Mato Grosso. O que nós queremos é iniciar a discussão envolvendo todas as pessoas que se interessam pelo tema - e os Deputados são todos convidados a estarem conosco - para que juntos possamos escolher o que será melhor para Mato Grosso. O que nós queremos é tomar uma decisão que seja boa. Não podemos tomar uma decisão: porque Mato Grosso do Sul adotou, vamos, também, adotar. Muito pelo contrário! Por exemplo, nós sofremos muito, nós, eu digo, Mato Grosso, quando alteramos o período da piracema. Hoje, já estamos no terceiro ano que o período da piracema foi alterado e nós fomos muito penalizados, fomos muito julgados por essa medida. Hoje, com o passar do tempo e como nós tomamos essa medida fundamentada em um estudo científico, o que está acontecendo é que outros Estados e a União estão discutindo a possibilidade de eles, também, alterarem o período da piracema assim como Mato Grosso fez. Então, mais uma vez, Mato Grosso acabou sendo pioneiro, inovador e ousado em uma medida. Isso tudo é difícil, mas é necessário. Nós tiramos todos de uma zona de conforto, mas fizemos uma medida que está fundamentada no que o comportamento reprodutivo do peixe nos mostrou.

Em relação à fiscalização nós reforçamos que é, de fato, a principal ação que deve ser implementada e fortalecida em relação à pesca. A fiscalização da pesca a SEMA tem realizado sempre em parceria com várias instituições. Eu vou nominar cada uma delas: Batalhão da Polícia Militar e Proteção Ambiental, JUVAN-Juizado Volante Ambiental, ADEMA-Administração Estadual do Meio Ambiente, IBAMA, ICMBio, a Marinha, também, nos auxilia – esqueci de mais alguém? - e mais as unidades regionais da SEMA. São várias instituições, mas todas elas não dão conta de sozinhas realizar a fiscalização. Por quê? A responsabilidade de fiscalizar não é única e exclusiva do órgão gestor. A obrigação de fiscalizar é de todos nós, cidadãos. Nós temos que nos incluir nesse contexto. Nós, também, temos que ser os verdadeiros fiscais e para isso existem medidas, existem estratégias de envolvimento da sociedade nessa ação. De que forma? Utilizando os canais da Ouvidoria. Nós temos o telefone: 0800653838; temos o aplicativo de celular, que é o aplicativo o MT-Cidadão. Por meio do aplicativo, no ato, se tiver acesso à *internet*, é possível registrar a ocorrência e enviá-la, facilitando a medida dos órgãos responsáveis; temos o *site* da SEMA no *link* da ouvidoria e enfatizamos que toda a denúncia ela é sigilosa. Muitas vezes, é pedido o nome pessoa e o contato do denunciante para fins de, na hora da ação, caso tenha alguma dúvida, essas pessoas sejam contatadas no sentido de auxiliar. Agora, todo sigilo em relação à informação de quem foi o denunciante, o informante, é mantido. Tem um protocolo da ouvidoria.

Então, a sociedade precisa saber disso, precisa ter confiança e ser nossa parceira, porque nós temos, lamentavelmente, na pesca, muita prática ilegal. Pessoas que não são pescadores, que, provavelmente - como já foi falado -, nem estão aqui, não são pescadores porque não têm carteira, mas são pessoas que, muitas vezes, estão associadas ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, à prostituição sexual. Essas pessoas incluem o pescado como mais um produto ilícito. Então, é difícil entrar na resolução desse problema, mas juntos, a sociedade e os órgãos competentes continuarão envidando esforços para vencer o problema.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA DE PESCA NO ESTADO DE
MATO GROSSO, LEI Nº 9.096/2009, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.

Eu quero, também, enfatizar que em relação à soltura de peixes, que foi mencionado, existe um regulamento, uma norma que regulamenta a prática do peixamento. É possível, sim, realizar o peixamento desde que siga todo o protocolo. Caso as pessoas tenham interesse, nos procurem para que possamos tratar sobre isso.

Eu quero agradecer a presença dos Conselheiros do CEPESCA e dos ex-Conselheiros. Não vou nominá-los, porque são muitos, mas quero agradecer aqueles que estão aqui presentes e, também, aqueles parceiros das reuniões do CEPESCA que estão aqui conosco.

Para finalizar, gostaria de agradecer, também, a Assembleia Legislativa, por meio do Núcleo Ambiental que é um grande parceiro na discussão da pesca.

Nós temos aqui a colega Josevane, que está atuando no Núcleo Ambiental desde a época em que houve aquelas Audiências Públicas que já foram mencionadas aqui. É uma pessoa que tem acompanhado as discussões do Conselho de Pesca, tem nos ajudado muito, tem contribuído. Atualmente, tem um novo Consultor, que é o Francisco, novo Consultor do Núcleo.

Então, agradecemos a parceria e contamos que a Assembleia Legislativa tenha entendido o clamor e considere todas essas discussões.

Eu tinha anotado aqui quais os dizeres das faixas que estão aqui, mas eu acho que não tenho mais tempo para lê-las.

Muito obrigada!

Estamos à disposição! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) – Muito obrigado, Dr^a Gabriela.

Mas eu leio aqui: “Devemos apoiar experiências bem sucedidas e inovadoras. Escute! (CEPESCA)”.

Para finalizar, eu vou fazer uma pergunta para vocês: Quem é que gosta de pescar? Levante a mão, por favor! Eu acho que todos aqui gostam de pescar. Certo? Seja o pescador amador, esportista, os que fazem por *hobby* e lazer, seja, também, o pescador profissional.

A nossa intenção aqui não é acabar com a pesca, Sr. Antônio! De jeito maneira! Nós queremos fomentar. Eu, também, já fui pescador amador um dia. Não vou mais, porque não tem graça você ir para a beira do rio tentar pegar o peixe e não ter peixe.

Então, temos que tomar algumas medidas até um pouco drásticas para a preservação do meio ambiente. Preservar é necessário!

No ano passado, depois da eleição, escrevi um texto e vou lê-lo para vocês:

Rio Cuiabá pede socorro!

Com tristeza li a notícia de *freezers* com toneladas de pescados encontrados, em plena piracema, entre Santo Antônio de Leverger e Barão do Melgaço.

Eu acho que a maioria do pessoal que está aqui é de Santo Antônio de Leverger e de Barão do Melgaço.

Congratulo-me com a ação dos agentes do Estado, porém, imagino ser, apenas, uma parcela do que ocorre por lá. Nossos cursos d'água são atacados de forma inconsequente e até infame, diariamente. Lenine de Campos Póvoas, historiador, autor de “História Geral do Mato Grosso”, disse: “Se não houvesse o Rio Cuiabá, a tentativa de povoar a região teria resultado em desastre.”.

Os Bandeirantes utilizavam as vias fluviais na busca de escravos e ouro. Em 1722, Miguel Sutil encontrou a maior jazida do mundo. Garantia-se, com isso, o povoamento da região,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA DE PESCA NO ESTADO DE
MATO GROSSO, LEI Nº 9.096/2009, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.

estendendo-se da Prainha para o Coxipó. Paralelamente, as enchentes fertilizavam as terras. Nasceram os engenhos de açúcar e a criação de gado.

O Rio Cuiabá já perdeu 19 afluentes e tornou-se esgoto natural. E à medida que a população aumenta, o volume de água diminui. A UFMT concluiu um estudo com a pergunta: "Haverá água para tanta gente?"

Hoje é o Dia Internacional da Água e temos apenas 0,7% de água potável no mundo, e esse índice, esse percentual, a cada ano diminui.

Quando fui Vereador propus uma lei proibindo o descarte de qualquer lixo em vias públicas, inclusive papel e cigarro, gerando multa aos infratores. Pois toda essa sujeira, jogada pela população, desembocará no rio ou em seus afluentes. Sem dúvida, essa e outras medidas devem ser melhores ativadas.

Queremos um rio Tietê igual São Paulo? Creio que não. Há décadas de tentativas de desassoreamento e despoluição, mas com pálidos resultados.

Opino como urgente uma campanha de conscientização popular e rigor na fiscalização da preservação do ambiente. Os habitantes devem zelar por sua própria sobrevivência e denunciar os infratores.

Salvem os rios! Salvem a todos!

O meu muito obrigado à presença de todos vocês!

O que escrevi no ano passado, eu acho que retrata bem o que foi discutido aqui, hoje, pois precisamos combater a poluição urbana; precisamos ter um programa para ajudar o ribeirinho na coleta de seu lixo e, mais do que isso, precisamos ter afinco na fiscalização. A fiscalização aqui não pode ser só *a posteriori*, mas, sim, antes de ocorrer a degradação ambiental.

Por último, eu acho que a impunidade gera muita injustiça. Temos que apenar com mais rigor.

Aquilo que o Pacolla disse aqui, inclusive, de perdimento de bens e ser revertido tudo para um fundo. Que vai o quê? Esse fundo é para dar suporte a nossa polícia ambiental. Então, essa é a nossa opinião. Ninguém aqui é contra a pesca. Somos a favor da pesca, mas temos que ajudar a preservar também.

Muito obrigado a todos e tenham um bom dia! (PALMAS).

Está encerrada a Audiência Pública.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:

- Alessandra Maria Oliveira da Silva

- Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA DE PESCA NO ESTADO DE
MATO GROSSO, LEI Nº 9.096/2009, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.

- Cristina Maria Costa e Silva;
 - Dircilene Rosa Martins;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Luciane Carvalho Borges;
 - Taiza Antônia Noujain;
 - Tânia Maria Pita Rocha.
- Revisão:
- Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
 - Patricia Elena Carvalho;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antonia de Almeida Maciel;
 - Rosivânia Ribeiro de França;
 - Sheila Cristiane de Carvalho;
 - Solange Aparecida Barros Pereira.